



**Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia**
Centro de Artes, Humanidades e Letras
**Curso Superior de Tecnologia em Gestão
Pública**



PHABLO FERNANDES BARBOSA MASCARENHAS

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
RECÔNCAVO: BASE LEGAL E PRINCIPAIS INDICADORES**

Cachoeira

2026

PHABLO FERNANDES BARBOSA MASCARENHAS

**PANORAMA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
RECÔNCAVO: BASE LEGAL E PRINCIPAIS INDICADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas.

Cachoeira

2026

PHABLO FERNANDES BARBOSA MASCARENHAS

PANORAMA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO RECÔNCAVO: BASE LEGAL E PRINCIPAIS INDICADORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 30 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **LYS MARIA VINHAES DANTAS**
Data: 30/06/2026 11:43:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lys Maria Vinhaes Dantas (Orientadora)
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **DORALIZA AUXILIADORA ABRANCHES MONTEIRO**
Data: 02/07/2026 14:48:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **LUÍZ CARLOS DE SOUZA**
Data: 02/07/2026 10:11:33-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Luiz Carlos de Souza
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

MASCARENHAS, Phablo Fernandes Barbosa. **Panorama da educação pública no Recôncavo**: base legal e principais indicadores. 64 p. 2026. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2026.

RESUMO

Esta pesquisa analisou o panorama da educação pública municipal no território do Recôncavo da Bahia entre 2014 e 2024, tomando como base indicadores educacionais, socioeconômicos e institucionais provenientes de fontes oficiais (Qedu, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tesouro Nacional, entre outros). De natureza descritiva e fundamentada em dados secundários, o estudo contemplou os 19 municípios do Recôncavo, abordando dimensões relacionadas ao perfil socioeconômico, ao financiamento da educação, à transparência, planejamento, à oferta e ao acesso ao ensino, ao fluxo escolar, ao desempenho dos estudantes e à infraestrutura das escolas municipais. Os resultados apontam avanços relevantes ao longo do período estudado, especialmente no aumento dos repasses do FUNDEB, na ampliação das matrículas em creches, na expansão do acesso à *internet* nas escolas municipais e na melhoria dos indicadores de fluxo e desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, permanecem desafios associados às desigualdades territoriais, às limitações estruturais, ao desempenho nos anos finais do ensino fundamental e às fragilidades da gestão educacional. Conclui-se que a educação municipal do Recôncavo apresentou progressos significativos no período analisado, embora continue marcada por diferenças entre os municípios e por desafios estruturais que ainda influenciam a realidade educacional do território.

Palavras-chave: Educação Municipal; Indicadores Educacionais; Gestão Educacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do território de identidade do Recôncavo	33
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de análise: indicadores utilizados na análise da educação pública municipal do Recôncavo da Bahia (2014–2024).....	26
Quadro 2– Modelo operacional: indicadores utilizados na análise da educação pública municipal do Recôncavo da Bahia (2014–2024).....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados populacionais dos municípios do Recôncavo – 2010 – 2022	36
Tabela 2: Dados sobre a economia dos municípios do Recôncavo – 2013 – 2023.....	37
Tabela 3: Dados sobre transparência, recursos e planos educacionais dos municípios do Recôncavo -2023	40
Tabela 4: Dados sobre transparência, recursos e planos educacionais dos municípios do Recôncavo -2014 - 2024.....	42
Tabela 5: Oferta das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2014 - 2024	43
Tabela 6: Acesso das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2014 - 2024.....	45
Tabela 7: Fluxo escolar dos anos iniciais das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2013 - 2023.....	47
Tabela 8: Fluxo escolar dos anos finais nas redes municipais de Educação no Recôncavo 2013–2023	48
Tabela 9: Desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2013.....	49
Tabela 10: Desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo –2023.....	50
Tabela 11: Infraestrutura das escolas municipais no Recôncavo: Saneamento Básico– 2014 - 2024	52
Tabela 12: Infraestrutura das escolas municipais no Recôncavo: Infraestrutura – 2014 - 2024	54

SIGLÁRIO

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras

CF – Constituição Federal

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização de Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

N. D. – Nenhum Dado

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPA - Plano Plurianual

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1: Do direito à educação	12
2.2 Educação pública municipal.....	15
2.3 Indicadores da educação pública municipal	19
2.4 Quadro de Análise para o levantamento do panorama de educação pública municipal no Recôncavo	25
3. MÉTODO.....	28
4. RECÔNCAVO, TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	33
4.1 Panorama sociodemográfico e econômico dos municípios do Recôncavo	34
5. PANORAMA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO RECÔNCAVO	39
5.1 Transparência municipal, recursos e os planos de educação.....	39
5.2 Oferta, Acesso, fluxo e desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo	42
5.2.1: Oferta da Educação pública municipal.....	42
5.2.2: Acesso à educação municipal.....	45
5.2.3: Fluxo escolar	46
5.2.4: Desempenho municipal de educação no Recôncavo.....	49
5.3 Infraestrutura e saneamento básico das escolas municipais no Recôncavo.....	51
5.3.1: Saneamento Básico	52
5.3.2: Infraestrutura escolar nas redes municipais do Recôncavo.....	53
5.4 Educação municipal no Recôncavo: o que mudou em dez anos?	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

A educação representa um dos fundamentos da cidadania, evidenciando sua relevância na oferta de chances de desenvolvimento social, individual e profissional, em diversas áreas. e na formação completa do cidadão. Esse direito é garantido por diversas normas tanto nacionais quanto internacionais, como a Constituição Federal do Brasil (CF, 88) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Através da educação, o indivíduo é habilitado para exercer plenamente sua cidadania, incentivando a autonomia e oferecendo igualdade de chances. Portanto, deve ser considerada uma prioridade, visto que “Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural” (Cury, 2008, p. 294).

Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos indicadores educacionais, uma vez que, além de expressarem as particularidades socioeconômicas e territoriais de cada localidade, eles orientam o planejamento e a execução das políticas públicas de forma mais equitativa e contextualizada. Assim, o uso adequado desses instrumentos possibilita direcionar ações que considerem as especificidades culturais, geográficas e sociais de cada região, contribuindo para a promoção de uma educação de qualidade e ajustada às diversidades locais. Como destaca Jannuzzi (2005, p. 141), “sempre que possível, deve-se procurar empregar indicadores de boa cobertura territorial ou populacional, que sejam representativos da realidade empírica em análise”. Essa compreensão é reforçada pela constatação de que “não é possível a implementação das mesmas políticas públicas para educação básica em todos os municípios de forma comum, porque cada município possui suas peculiaridades” (Demarchi; Maieski, 2025, p. 4237).

Isto posto, **esse trabalho se propõe a analisar o panorama da educação pública municipal no Recôncavo da Bahia, em um recorte de 10 anos (2014 a 2024). Para isso, se volta à identificação das bases legais e dos indicadores educacionais disponíveis.** Este território, por sua própria essência, detém um rico patrimônio histórico e sociocultural, sendo constituída e povoada desde o Brasil colônia. De acordo com a SEI Bahia (2024), o Território do Recôncavo é constituído por 19 municípios, com 515.168 habitantes no total em 2022 e representa 3,6% da população da Bahia também em 2022. Dezesseis municípios têm pequeno

porte (alguns com menos de 20.000 habitantes), dois têm médio porte e apenas Santo Antônio de Jesus é considerado grande porte, com mais de 100 mil habitantes.

Entende-se que a educação pública municipal deve ser planejada e implementada de modo a contemplar as especificidades territoriais e sociais de cada localidade, utilizando os indicadores educacionais como instrumentos estratégicos de diagnóstico, monitoramento e avaliação. Contudo, se observa que, apesar da ampla disponibilidade desses dados educacionais nas bases oficiais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o portal QEdu e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esses indicadores nem sempre são empregados de forma adequada às suas finalidades analíticas e de gestão.

A partir disso, este trabalho tem como pergunta de pesquisa: **Qual o panorama da educação pública municipal no Recôncavo da Bahia entre 2014 e 2024?** Tem o objetivo geral de analisar o panorama da educação pública municipal dos 19 municípios do Recôncavo da Bahia com base nos indicadores educacionais e nos planos e bases legais sobre o planejamento municipal da educação. Seus objetivos específicos são: investigar os principais indicadores educacionais (IDEB, Taxas de aprovação/reprovação, entre outros) das redes municipais de ensino do Recôncavo da Bahia no período de 2014 a 2024, analisar as condições de infraestrutura e recursos pedagógicos das redes municipais de ensino, a partir dos dados do Censo Escolar e de informações sobre o repasse do FUNDEB, e comparar o desempenho educacional entre os municípios do Recôncavo, no período de dez anos.

Este estudo justifica-se pela necessidade de aprimorar a compreensão e a aplicação dos indicadores educacionais como ferramentas cruciais para uma tomada de decisão mais eficiente e eficaz nos municípios do Recôncavo da Bahia, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva para todos os cidadãos, especialmente em contextos municipais que possuem suas próprias peculiaridades, analisando o panorama da educação pública municipal com base nos dados disponíveis.

Esse trabalho também busca servir de base e contribuição para estudos nessa área de conhecimento – indicadores para a gestão pública -, pensando a partir do território do Recôncavo e suas especificidades.

A presente pesquisa organiza-se em capítulos que articulam referenciais teóricos, metodológicos e empíricos acerca da educação pública municipal no território do Recôncavo. No Capítulo 2, intitulado Fundamentação Teórica, é discutido o direito à educação em sua dimensão jurídico-social, a organização da educação pública municipal e os indicadores

empregados no monitoramento e avaliação das políticas educacionais. O Capítulo 3: Método apresenta a estratégia metodológica adotada, com a descrição dos procedimentos de coleta e análise de dados. O Capítulo 4: Apresentando o Recôncavo contextualiza o território, bem como suas especificidades e seus municípios. O Capítulo 5: Panorama da Educação Municipal no Recôncavo traz a análise empírica, sistematizando os indicadores e problematizando-os à luz das políticas implementadas. Por fim, o Capítulo 6: Considerações Finais retoma os objetivos propostos, sintetiza os principais resultados e indica perspectivas de aprimoramento do uso de indicadores para a gestão educacional no âmbito municipal. O texto se encerra no Capítulo 7: Referências, o qual relaciona as obras e documentos que fundamentaram o estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico que sustenta a pesquisa, situando-a no campo das Ciências Sociais Aplicadas, da gestão pública e, especificamente, nos estudos sobre políticas públicas educacionais. Inicialmente, é discutido o direito à educação, compreendido como um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional. Em seguida, são examinados os aspectos relacionados à educação pública municipal, com ênfase em sua organização, competências e desafios na implementação de políticas educacionais no âmbito local. Por fim, são apresentados os indicadores da educação pública e analisado o uso desses indicadores na gestão municipal da educação. Tais indicadores são entendidos como recurso primordial para o monitoramento e a avaliação, além da formulação de políticas educacionais direcionadas à qualidade da educação.

2.1: Do direito à educação

O direito à educação ocupa posição primordial na Constituição Federal de 1988 (CF/88), tida como a Constituição Cidadã, que consagra a educação como direito social fundamental (Art. 6º) e a define como direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205). O texto constitucional estabelece, ainda, que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). De acordo com Santos et al. (2022, p. 13),

A efetividade do direito à educação é um dos instrumentos necessários à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais; e à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Constituição Federal de 1988 reforça e amplia a educação como um direito para todos. Ao declarar a educação como um direito a ser garantido pelo Estado e pela família e declarar que a não oferta de ensino, em caso de omissão da autoridade pública, acarreta à mesma a responsabilização pelo não fornecimento de ensino obrigatório, a CF de 1988 faz da educação uma obrigação jurídica positiva. Essa interpretação é reiterada pelo estudo de Santos et al. (2022, p. 11-14).

O artigo 208, §1º, é muito claro ao dispor que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, estabelecendo, no §2º, que o não oferecimento e cumprimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular implica na responsabilidade da autoridade competente (Brasil, 1988).

A Constituição também define as obrigações e diretrizes a serem seguidas pelo poder público. O artigo 208 estabelece como dever do Estado a oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito, a progressiva universalização do ensino médio, o atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, o acesso à educação infantil e o fornecimento de programas suplementares de alimentação, transporte e material didático (Brasil, 1988). Tais previsões expressam o compromisso constitucional com o que se denomina mínimo existencial, conceito que assegura condições básicas para a dignidade humana. Nesse sentido, o direito à educação assume dupla natureza: individual, por ser prerrogativa de cada cidadão, e coletiva, por contribuir para a coesão e o desenvolvimento social (Santos et al., 2022).

A educação, enquanto direito fundamental, assume caráter de bem jurídico indisponível. De acordo com Martel (2014), bem jurídico indisponível é aquele que pertence ao conjunto dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, cujo exercício e proteção são irrenunciáveis e inegociáveis, não podendo ser objeto de disposição por vontade individual ou acordo privado. Tais bens são protegidos pelo Estado porque representam valores essenciais à ordem jurídica e à dignidade da pessoa, como a vida, a liberdade e a educação, interesses que transcendem o âmbito individual e pertencem à coletividade, essencial para a efetivação da igualdade material e para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, como destacam Santos et al. (2022, p. 21), a Constituição de 1988 traz que “o direito à educação fundamental foi considerado uma parcela indissociável de uma existência digna”, ao mesmo tempo em que reconhece sua função social de promover a inclusão, reduzir desigualdades e fortalecer a democracia.

A dimensão filosófica e política do direito à educação é amplamente discutida por Marilena Chauí (2021), que a compreende como pilar central desse processo democrático. A autora nos traz que a democracia não se reduz a um sistema político, mas consiste em uma forma de sociabilidade fundada na criação e conservação de direitos.

Nesse sentido, a educação é o meio pelo qual os sujeitos se tornam conscientes de sua condição cidadã e capazes de intervir na realidade social. Chauí (2021, p. 5) traz que a

sociedade brasileira foi construída sobre bases autoritárias e profundamente desiguais ao longo da história, em que a educação foi considerada um privilégio de poucos, quase um bem oculto em vez de um direito universal. Assim, a implementação de uma educação pública, gratuita e de qualidade não é apenas uma política social, mas um ato político de emancipação que cria caminhos para a igualdade.

Ainda de acordo com Chauí (2021), um dos principais desafios atuais é superar a perspectiva utilitarista da educação, que é, de certa forma, reduzida à mera formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Esse entendimento limitado reduz seu potencial crítico e emancipador, subordinando o conhecimento à lógica do rendimento econômico. Em vez de adotar essa visão restritiva, a autora defende que a educação é um requisito para a liberdade: um meio que capacita os cidadãos a interpretar o mundo, desafiar as estruturas de poder e participar ativamente da vida pública.

Nesse sentido, a escola é vista como um ambiente de convivência democrática, no qual se promovem valores coletivos, consciência política e senso de pertencimento, elementos que, ao longo do tempo, resultam em participação ativa. Assim, a educação atua como o direito que viabiliza todos os outros direitos, uma vez que capacita indivíduos autônomos e cientes de sua cidadania, antecipando uma sociedade mais justa e diversa.

Cury (2008) defende que a Constituição de 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996), representou uma mudança importante ao assegurar o direito universal à educação básica. Essa etapa educacional, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, é vista como um bem público e intransferível, que não deve ser comercializado nem negligenciado, pois constitui a base para o exercício da cidadania. Assim, o direito à educação deve ser compreendido em suas diversas dimensões jurídicas, políticas e sociais, uma vez que está presente na vida em sociedade e, de certa forma, projeta um horizonte democrático em que a cidadania é exercida no cotidiano, além de ser proclamada.

A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como um direito de todos e um dever compartilhado entre a União, os estados e os municípios, estabelecendo um regime de colaboração que redefine a responsabilidade estatal na promoção do ensino público. Conforme discutem Cury (2008) e Santos et al., (2022), essa estrutura federativa foi concebida para assegurar a universalização da educação básica e a equidade territorial, reforçando a necessidade de gestão cooperativa e planejamento integrado entre os entes.

Nessa perspectiva, Chauí (2021) compreende a educação como dimensão constitutiva da democracia, pois, ao garantir o acesso ao conhecimento, o Estado promove condições efetivas de participação e cidadania. Contudo, como destaca o estudo de Viana et al., (2025), a descentralização da gestão educacional demanda também políticas de financiamento equitativas e sustentáveis, capazes de reduzir as desigualdades regionais e assegurar a continuidade das ações no âmbito municipal. Assim, o fortalecimento da gestão pública educacional, especialmente nos municípios, é elemento decisivo para a concretização dos princípios constitucionais que regem o direito à educação.

2.2 Educação pública municipal

A educação pública municipal tem um papel essencial no pacto federativo brasileiro e, em âmbito local, realiza o direito à educação assegurado pela Constituição Federal de 1988. Essa Constituição trouxe uma mudança importante nas competências da federação, descentralizando funções e reconhecendo os municípios como unidades autônomas responsáveis por organizar seus próprios sistemas de ensino, como se lhes fossem entregues as chaves da casa educacional.

Nesse cenário, os municípios têm a responsabilidade primária de prover a educação infantil e o ensino fundamental, fortalecendo o conceito de um sistema de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 1988, Art. 211; Brasil, 1996). Essa descentralização evidencia a necessidade de gestão local e a ampliação da participação municipal na concretização do direito à educação, refletindo o caráter universal e obrigatório da educação básica (Brasil, 1988). Esse processo de descentralização destaca a importância da administração local, expandindo o papel dos municípios na garantia do direito à educação e ressaltando a natureza universal e obrigatória da educação básica (Brasil, 1988).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) desempenhou um papel muito importante na consolidação de um modelo de gestão educacional que é descentralizado e participativo. A LDB reforçou a autonomia dos municípios na execução das políticas educacionais e na criação de seus instrumentos de planejamento (Brasil, 1996), fortalecendo, assim, a confiança nas mãos que compreendem as especificidades da realidade local.

A Educação Básica, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, é o núcleo da formação humana e o espaço onde se desenvolve a cidadania. Conforme

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996, Art. 22), a educação básica tem a responsabilidade de proporcionar ao aluno uma formação comum fundamental para o exercício da cidadania, além de assegurar condições para que ele possa progredir nos estudos subsequentes. Nesse sentido, Silva e Silva (2021) destacam que essas diretrizes visam fomentar o desenvolvimento integral do aluno, garantindo que ele adquira conhecimentos essenciais para sua participação na sociedade e oferecendo ferramentas para sua entrada no mercado de trabalho como quem abre caminhos para futuras trajetórias.

Segundo o Art. 29 da LDB, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como objetivo o desenvolvimento completo das crianças até os seis anos de idade. Isso abrange as creches para crianças de zero a três anos e as pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade (Art. 30). Essa etapa vai além de simplesmente transmitir conteúdos, funcionando como um espaço para convivência, aprendizado e criação de vínculos afetivos. A educação infantil desempenha um papel crucial na oferta da equidade educacional e no combate às desigualdades sociais ainda existentes. Nesse sentido, essa etapa não só prepara essas crianças para as próximas fases da educação, como também desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social e inclusão, ajudando na formação de indivíduos críticos e engajados com sua realidade (Silva e Silva, 2021).

O Art. 11 da LDB n.º 9.394/1996 garante aos municípios autonomia na organização de seus sistemas de ensino. Apesar das divergências de interpretação entre juristas, políticos e acadêmicos, o texto legal apresenta três caminhos principais para os municípios exercerem sua responsabilidade educacional:

- a) pelo processo efetivo de institucionalização de sistemas próprios de educação; b) pela conservação das redes municipais de ensino integradas ao SEED; e c) pela composição de um sistema único de educação básica que integre as responsabilidades educacionais do Estado e do Município (Lagares, 2008 *apud* Lopes; Melo, 2020, p. 145).

De acordo com Lopes e Melo (2020, p. 144), a descentralização educacional permitiu que os municípios deixassem de atuar apenas como executores das diretrizes federais, assumindo um papel estratégico na gestão do ensino. Nesse contexto, a municipalização do ensino não se limita à transferência de responsabilidades, mas envolve o fortalecimento da capacidade institucional local, bem como a construção de mecanismos próprios de planejamento, gestão e controle social. Como destacam os autores, “a descentralização das

políticas educacionais foi defendida como uma das estratégias mais importantes para a eficiência do sistema de ensino” (Lopes; Melo, 2020, p. 144).

Uma das bases do pacto federativo brasileiro, que foi posto pela Constituição de 1988, é justamente a autonomia municipal na área da educação. Essa autonomia confere aos municípios a responsabilidade direta de fornecer educação básica, principalmente no que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental. No entanto, conforme indicam Silva e Silva (2020), essa autonomia não é exercida de maneira completa, uma vez que é influenciada por elementos políticos, econômicos e administrativos que limitam a capacidade de ação local. Ademais, Couto, Tavares e Costa (2021) destacam que as condições socioeconômicas e socioculturais de certos municípios representam um obstáculo significativo à realização da educação pública municipal, pois frequentemente restringem a implementação de políticas eficazes.

Esses motivos afetam significativamente a habilidade das instituições em planejar, administrar e implementar políticas educacionais. Em situações caracterizadas por vulnerabilidades sociais, baixa renda e disparidades culturais, a abrangência e a qualidade das iniciativas públicas direcionadas à educação costumam ser limitadas, o que compromete a eficácia dos serviços e dificulta a continuidade das estratégias estabelecidas pelo governo.

Nesse contexto, o avanço e a solidificação dos sistemas de ensino municipais constituem um ponto crucial para o fortalecimento da educação a nível local. De acordo com Lopes e Melo (2020), a institucionalização abrange a formação de secretarias e conselhos municipais de educação, a estipulação de marcos legais e normativos específicos e a implementação de ferramentas permanentes de planejamento, como o Plano Municipal de Educação (PME), o Plano Plurianual (PPA) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos demonstram, quase como um fio invisível que une intenções e ações, a conexão íntima entre a expertise técnica e a esfera política da administração pública. Não é possível desvincular as metas educacionais das decisões sobre onde, como e quando o orçamento será aplicado. Ao criar essa conexão entre os objetivos a serem alcançados e o que realmente pode ser realizado, o planejamento ganha consistência e dinamismo, possibilitando que as políticas saiam do papel e, gradualmente, se integrem à prática diária.

Para Meneses, Silva e Machado (2010, p. 10), o planejamento educacional deve ser compreendido “em uma perspectiva que valorize a democratização da vida municipal, a busca

de um processo de planejamento democrático supõe a busca de um equilíbrio entre competência técnica e competência política”. O PME, nesse contexto, constitui o principal instrumento de gestão estratégica no âmbito municipal, pois orienta a formulação das políticas e estabelece metas de curto, médio e longo prazo, em harmonia com essas instruções do Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, sua elaboração e monitoramento devem envolver a participação de diferentes segmentos da sociedade, de modo a garantir transparência, continuidade e controle social.

O financiamento é outro eixo estruturante da política educacional municipal. Couto, Tavares e Costa (2021, p. 180) afirmam que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atua como um eixo redistributivo, redistribuindo fundos entre o governo estadual e prefeituras em cada estado, com o objetivo de tornar o sistema educacional mais justo e equilibrado. Estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 108/2020, o Fundo aumentou o envolvimento financeiro da União e incorporou critérios destinados a corrigir as disparidades regionais e socioeconômicas, fortalecendo a função do município como executor direto das políticas educacionais (Brasil, 2020). No entanto, sua eficácia depende da habilidade de gestão orçamentária e, principalmente, da atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social, encarregados de supervisionar e assegurar a transparência dos recursos utilizados (Couto; Tavares; Costa, 2021).

Ainda que o planejamento e o financiamento constituam dimensões fundamentais, a efetividade da educação pública municipal também requer mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. De acordo com Meneses, Silva e Machado (2010, p. 10), a construção de políticas locais exige “a construção de mecanismos de consulta e participação popular pode favorecer uma real democratização que expresse a participação da maioria da população naqueles temas que digam respeito as suas vidas”. Nesse sentido, a avaliação não deve ser compreendida apenas como ferramenta técnica, mas como processo político-pedagógico. Meneses, Silva e Machado (2010, p. 9) reforçam essa visão provocando os leitores trazendo: “E as avaliações? Como podemos querer bons resultados homogeneizando conteúdos, sem levar em conta a singularidade das pessoas, em especial daquelas com deficiência?”. Esta pergunta retórica mostra a incoerência da avaliação quando tratada de forma puramente técnica (que tende à homogeneização), fragilizando um instrumento que se configura como componente essencial da gestão em tese democrática.

Dessa forma, a educação pública municipal é o espaço onde se concretiza, de modo mais direto, o princípio constitucional da gestão democrática e descentralizada da educação. Ela articula planejamento, financiamento, execução e avaliação em uma mesma estrutura de governança pública, na qual o município atua como instância mediadora entre as diretrizes nacionais e as necessidades locais. Como sintetizam Lopes e Melo (2020, p. 150), o fortalecimento da educação municipal depende da capacidade dos governos locais.

Em síntese, como ratifica Lagares (2008), é preciso que o sistema exista realmente e que seja permanente, atuando de forma significativa como um instrumento de resistência contra as desigualdades (im)postas aos seus distintos contextos, fortalecendo os espaços e mecanismos de participação e desenvolvendo estratégias democráticas para sua efetiva e permanente institucionalização (Lagares 2008 *apud* Lopes e Melo 2020, p.150).

Assim, a consolidação de uma educação pública municipal de qualidade requer não apenas recursos financeiros, mas também planejamento estratégico, participação social, monitoramento contínuo e compromisso político com a equidade e a justiça social.

Diante dos desafios que envolvem a autonomia e a gestão da educação municipal, torna-se indispensável adotar instrumentos que subsidiem o processo decisório e fortaleçam o planejamento das políticas públicas. Nessa perspectiva, o uso de indicadores educacionais assume papel estratégico, pois permite aos gestores compreender a realidade local, acompanhar a execução das metas e avaliar a efetividade das ações desenvolvidas (Lopes; Melo, 2020).

2.3 Indicadores da educação pública municipal

Na elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas, especialmente em nível municipal, os indicadores sociais e educacionais passaram a ser fundamentais. A partir da segunda metade do Século XX, a utilização de dados numéricos e métricas analíticas tornou-se quase indispensável na administração pública, impulsionada pelo anseio por maior transparência, eficiência e responsabilidade social, fortalecendo a gestão moderna (Guimarães; Jannuzzi, 2004).

Esse movimento ganhou impulso no setor educacional com o progresso das tecnologias da informação e o fortalecimento dos sistemas de avaliação nacionais. Dessa forma, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) possibilitou a criação de indicadores de desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB),

sendo ambos desenvolvidos e gerenciados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Pacheco e Soares (2020, p. 19),

Existem várias formas de se medir a qualidade da educação básica. Dentre estas formas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresenta um papel de destaque. Para Fernandes (2007), o IDEB consiste em um indicador educacional que relaciona de forma positiva informações de rendimento escolar e desempenho em exames padronizados.

Segundo Jannuzzi (2005, p. 138), os indicadores sociais devem ser compreendidos como “medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático” e que “apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente”. Essa definição evidencia que os indicadores não são meros reflexos da realidade, como quem simplesmente a reproduz, mas sim construções sociais formadas por decisões teóricas, metodológicas e, em algumas ocasiões, ideológicas.

Jannuzzi (2005) ressalta que sempre existem decisões por trás das planilhas: o que medir, como medir e com qual finalidade, política ou social. Assim, a elaboração dos indicadores surge da interseção entre a precisão técnica e a dinâmica política, implicando que seus resultados devam ser interpretados com cautela, considerando o contexto social, econômico e institucional em que se originam, sob risco de desconsiderar as particularidades de cada município. Como indicado na Introdução, este trabalho de conclusão de curso usa o Recôncavo da Bahia como contexto para um estudo sobre a educação com base em indicadores.

Na ótica da administração pública municipal, os indicadores educacionais ganham um papel estratégico, pois oferecem uma visão mais precisa da realidade local e orientam políticas públicas que atendem às necessidades específicas de cada área do território. Esses indicadores, além de serem técnicos relevantes para o planejamento, exercem uma função política importante ao trazer à tona questões sociais frequentemente negligenciadas e ao fortalecimento do controle democrático sobre as ações do Estado.

Nesse sentido, Guimarães e Jannuzzi (2004, p. 16) afirmam que

a legitimidade social dessas propostas tem se demonstrado pela visibilidade e frequência que os Indicadores Sintéticos têm conferido às questões sociais na mídia – pelo formato apropriado para a síntese jornalística – e à instrumentalização política do movimento social e ONGs no monitoramento dos programas sociais.

Assim, ao mesmo tempo em que promovem transparência e *accountability*, os indicadores educacionais fortalecem o diálogo entre Estado e sociedade, consolidando-se

como instrumentos de democratização e aprimoramento das políticas públicas no âmbito municipal.

Ao fomentar a transparência e o fortalecimento, de certa forma, da lógica da responsabilidade pública, os indicadores educacionais possibilitam um diálogo mais aberto entre governo e sociedade. Dessa forma, eles se configuram como ferramentas que promovem a democratização e o aprimoramento das políticas públicas no nível municipal. Não é por acaso que Jannuzzi (2005) aponta três funções fundamentais desses indicadores: diagnóstico, monitoramento e avaliação. A dimensão diagnóstica ajuda a identificar desigualdades e a localizar vulnerabilidades; o monitoramento acompanha o progresso das ações em cada etapa; enquanto a avaliação mede os resultados e os impactos das políticas educacionais.

Na esfera municipal, essas funções convivem com a gestão democrática e o planejamento participativo, sobretudo na criação do Plano Municipal de Educação, do PPA e demais instrumentos. Dessa forma, o uso sistemático de indicadores traz mais racionalidade e direção ao processo de tomada de decisões, ajudando a ajustar a bússola da administração pública. Nesse sentido, os gestores municipais começam a tomar decisões fundamentadas em dados concretos, em vez de se basearem apenas em impressões ou boas intenções. Em outras palavras, o uso de indicadores esclarece direções, organiza as prioridades e fortalece a finalidade pública de quem põe diariamente em prática as políticas educacionais (Jannuzzi, 2005).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) representa um dos mais importantes indicadores de desempenho educacional no Brasil. Criado em 2007, segundo Fernandes (2007, p. 8), o IDEB “possui a vantagem de ser de fácil compreensão, simples de calcular, aplicável às escolas e explícito em relação à “taxa de troca” entre probabilidade de aprovação e proficiência dos estudantes”. O índice é utilizado como parâmetro nacional de qualidade e referência para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036), orientando também o planejamento de estados e municípios.

No entanto, o IDEB não pode ser avaliado isoladamente, como se fosse autossuficiente. Fernandes (2007) destaca que, apesar de ser um instrumento útil para monitorar o progresso das políticas educacionais, sua análise isolada tende a omitir muitos aspectos, pois abrange apenas uma parte de uma realidade educacional, que é muito mais complexa e repleta de nuances. Em outras palavras, o índice contribui para esclarecer parte do

cenário, mas não apresenta o quadro completo, que abrange elementos sociais, culturais e pedagógicos que não podem ser sintetizados em um único indicador.

Jannuzzi (2002, p. 53) corrobora essa preocupação ao alertar para o “uso e mau uso dos indicadores sociais”, quando aplicados sem a devida análise contextual. De acordo com Jannuzzi, os indicadores perdem seu propósito quando são usados apenas como ferramentas de controle burocrático ou como justificativa para políticas que não refletem a realidade da população. Nesse cenário, o autor destaca que seu uso exige uma abordagem crítica e conhecimento técnico por parte dos gestores públicos; caso contrário, corre-se o risco de, ironicamente, manter as desigualdades em vez de combatê-las.

Oliveira e Bauer (2023) destacam que, se os indicadores educacionais forem analisados fora de seu contexto adequado e sem uma análise mais detalhada, podem ser usados de forma normativa e até reducionista. Os autores defendem que é essencial compreender que esses indicadores são o produto de processos complexos, afetados por elementos sociais, pedagógicos e institucionais. Assim, não são apropriados como uma "régua única" para medir sucesso ou fracasso educacional. Nesse sentido, o indicador considera apenas uma parte desse processo, não todo o percurso formativo que envolve pessoas, diversas realidades e contextos históricos específicos. Essa visão está alinhada à crítica feita por Jannuzzi (2005, p. 142), de que:

Também é preciso que os indicadores se refiram, tanto quanto possível, aos grupos sociais de interesse ou à população-alvo dos programas, isto é, deve ser possível construir indicadores sociais referentes a espaços geográficos reduzidos, grupos sociodemográficos (crianças, idosos, homens, mulheres, brancos, negros, etc.), ou grupos vulneráveis específicos (famílias pobres, desempregados, analfabetos, etc.), evitando interpretações simplistas sobre a realidade escolar.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha um papel fundamental nessa análise educacional do Brasil. As informações geradas pelo Instituto, sejam elas censitárias ou amostrais, nos dão uma visão consolidada sobre aspectos sociais que têm impacto direto no rendimento escolar, como renda familiar, nível de escolaridade da população, estrutura etária, condições laborais e padrões de ocupação. Esses dados indicam que os resultados educacionais não são fenômenos isolados do território, mas reflexo de fatores estruturais. Quando combinados com as informações produzidas pelos sistemas de avaliação em larga escala, como o IDEB e as taxas do Censo Escolar, os dados do IBGE fortalecem a habilidade de diagnóstico dos administradores municipais. A combinação dessas

bases oferece evidências robustas para detectar desigualdades, direcionar estratégias de intervenção e respaldar decisões.

Jannuzzi (2012, *apud* Oliveira; Bauer, 2023, p. 207) traz que esse uso em conjunto dos indicadores educacionais deve considerar “medidas referentes às condições sociais, demográficas, econômicas, geográficas, políticas, institucionais, culturais etc., que afetam a realidade educacional”. Essa visão, de certo modo, enriquece o entendimento do fato educacional ao ressaltar que o desempenho escolar e a qualidade da educação não surgem apenas de situações internas das instituições públicas, mas se desenvolvem na interação diária com o contexto social. A escola está integrada à comunidade, incorporando suas limitações e oportunidades. Portanto, a análise educacional vai além de planilhas e médias estatísticas, ela confere significado aos indicadores, utilizando-os como ferramentas para uma compreensão mais abrangente da realidade.

Assim, os números deixam de ser simples resultados e se tornam indicadores, que possibilitam aos gestores detectar desigualdades e, possivelmente, alterar as direções das políticas públicas. Nesse sentido, essas medidas ajudam a destacar as desigualdades, identificar condicionantes estruturais e direcionar estratégias mais justas na criação de políticas públicas municipais. Os indicadores, em vez de serem tratados como números isolados, integram um processo analítico que visa entender a educação em sua complexidade social e territorial (Oliveira; Bauer, 2023).

Além de medir desempenho, os indicadores educacionais fazem também uma função política. Guimarães e Jannuzzi (2004, p. 12) trazem que “a escolha dessa agenda não é uma simples operação metodológica, mas uma decisão política com desdobramentos cruciais nas demais etapas de construção do indicador”, ressaltando que cada escolha técnica carrega valores, interesses e concepções sobre o que se conhece por qualidade, eficiência e equidade. Nessa mesma direção, Oliveira e Bauer (2023, p. 205) observam que,

No caso do Ideb, por focalizar as proficiências em apenas duas áreas do conhecimento, deixando de lado outras dimensões do processo educativo, pode estimular um tratamento inadequado do problema, bem como subsidiar de maneira frágil as tomadas de decisões dos gestores.

Assim, fica claro que os indicadores não são ferramentas neutras ou sem propósito. Ao contrário, eles refletem escolhas políticas e epistemológicas que, de certa maneira, influenciam a maneira como as políticas públicas são avaliadas, legitimadas e, quando necessário, reformuladas. É como se cada indicador carregasse, mesmo que de forma

silenciosa, uma perspectiva de mundo que direciona escolhas e prioridades. Dessa forma, sua utilização acaba refletindo disputas de sentido e diferentes formas de perceber a realidade social, segundo Oliveira e Bauer (2023).

A adoção de sistemas municipais de indicadores constitui, de fato, um progresso institucional significativo para fortalecer a administração pública local. Jannuzzi (2005, p. 141) ressalta que, uma vez institucionalizados, esses sistemas permitem a produção, interpretação e aplicação contínuas de informações, assegurando que as políticas públicas se mantenham ao longo do tempo, como se os próprios dados fossem o motor do planejamento, mantendo-o ativo. Segundo o autor, melhorar a competência técnica das prefeituras é essencial para o uso adequado dos indicadores, pois sua interpretação requer conhecimento estatístico, compreensão das metodologias de coleta e, evidentemente, uma certa visão política para identificar suas limitações e evitar conclusões precipitadas (Jannuzzi, 2005).

Oliveira e Bauer (2023), em consonância com as observações de Jannuzzi (2005), destacam que a eficácia de um indicador está intimamente relacionada à confiabilidade das fontes e à clareza conceitual que fundamenta sua criação. Quando o indicador aparece de forma pouco clara ou é utilizado em um contexto inadequado, isso pode levar a interpretações errôneas e a políticas públicas que já começam de forma deficiente. Daí a importância de que os municípios aprimorem suas habilidades de análise, estabelecendo maneiras locais para a interpretação dos dados e investindo na capacitação de equipes técnicas que possam transformar números em conhecimento estratégico. A informação bruta é refinada até se tornar uma base confiável para decisões de gestão mais claras e eficazes.

Guimarães e Jannuzzi (2004) alertam que, do ponto de vista ético e político, os indicadores devem funcionar como instrumentos de inclusão e equidade, em vez de serem usados como mecanismos de exclusão ou punição institucional. Os autores acreditam que o principal objetivo dos indicadores sociais é promover a concretização dos direitos sociais e melhorar as condições de vida da população. Na área da educação, isso significa usar evidências empíricas para abordar diretamente as desigualdades de acesso, permanência e aprendizagem, considerando sempre a realidade concreta de cada território. Dessa forma, os indicadores deixam de ser apenas números em uma planilha e se tornam bússolas que indicam direções para políticas públicas que consideram as particularidades culturais e geográficas de cada município.

Nesse contexto, os indicadores municipais atuam, de certa forma, como guia para a implementação e avaliação das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e no novo PNE 2026–2036, que foi aprovado recentemente no Congresso Nacional. O PNE se fundamenta em metas estabelecidas com base em indicadores como o IDEB, taxa de alfabetização e nível de escolarização da população. Esses indicadores se tornam referências fundamentais para a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos planos locais, especialmente os Planos Municipais de Educação (PME). A inclusão desses indicadores nos instrumentos de planejamento permite monitorar constantemente o avanço das políticas educacionais e, simultaneamente, expor as desigualdades persistentes entre os diversos territórios.

Por último, é importante ressaltar que a construção de uma cultura sólida de monitoramento e avaliação, fundamentada em indicadores, continua sendo um desafio para muitos municípios brasileiros. Ainda assim, Jannuzzi (2005) resalta que a adoção gradual desse método de trabalho é fundamental para melhorar a gestão pública e garantir o direito a uma educação de qualidade. Superar esse desafio requer políticas de colaboração entre governos, investimento constante em capacitação profissional e fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social, que atuam como proteção da transparência.

Assim, entende-se que os indicadores da educação municipal devem ser vistos não apenas como ferramentas de medição entre números, mas também como instrumentos estratégicos de gestão e como mecanismos que favorecem a democratização e acesso as políticas públicas. Quando feitos de forma crítica e íntegra, eles atuam como um guia, orientando a administração local educacional para práticas mais justas, transparentes e eficazes. Nesse sentido, colaboram para que esse direito à educação, assegurado pela Constituição Federal de 1988, deixe de ser um conceito e se torne uma realidade concreta nas escolas dos municípios.

2.4 Quadro de Análise para o levantamento do panorama de educação pública municipal no Recôncavo

Com base na discussão teórica e legal apresentada anteriormente, foi proposto um quadro para análise do panorama da educação pública municipal no Recôncavo da Bahia (Quadro 1). Foram propostas cinco dimensões: 1) Socioeconômica do Município, composta por indicadores do IBGE para a caracterização de cada um dos 19 municípios do Território; 2)

Transparência municipal, considerando a divulgação das bases legais fundamentais e o uso do FUNDEB. Embora a transparência não seja objeto desse TCC, o acesso a documentos e prestação de contas dos municípios só é dado se houver transparência; 3) a dimensão Educacional, cujos indicadores estão voltados ao fluxo, ao desempenho e à oferta. Vale ressaltar que, no panorama da educação pública municipal, não foram incluídos dados da rede privada, estadual ou mesmo federal; 4) Infraestrutura, que se volta para as condições físicas das escolas municipais; e, por fim, 5) a dimensão Financeira, neste panorama representada pelo valor anual de repasse do FUNDEB. Essa sistematização de dados permite compreender as desigualdades territoriais e orientar políticas mais efetivas de garantia do direito à educação.

Quadro 1: Modelo de análise: indicadores utilizados na análise da educação pública municipal do Recôncavo da Bahia (2014–2024)

Dimensão de Análise	Sub-dimensão de Análise	Indicador
Socioeconômica Municipal (perfil)	Demográfica	Número populacional
		Número da População na zona rural
		Número da População na zona urbana
		Número da população com 0 a 14 anos
	Econômica	PIB
		PIB per capita
Transparência municipal	Divulgação do PME vigente	PME vigente divulgado no <i>site</i> da Prefeitura
	Divulgação de ações de construção do novo PME	Proposta de novo PME divulgado no <i>site</i> da Prefeitura
	Divulgação do uso dos recursos do FUNDEB	Prestação de contas do FUNDEB informada no site da Prefeitura
	Divulgação sobre as ações do Conselho Municipal de Educação	Página específica para o Conselho Municipal de Educação
Educacional	Oferta	Número de escolas municipais
		Número de creches municipais
		Número de escolas rurais municipais
		Número de professores municipais permanentes
	Acesso	Número matrícula creche
		Número matrícula Fundamental anos iniciais
		Número matrícula Fundamental anos finais
		Taxa de Matrícula total
	Fluxo	Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono
	Desempenho	Meta IDEB Anos finais
		Meta IDEB Anos iniciais

		IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos finais
		IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Anos iniciais
Infraestrutura	Infraestrutura Escolar	Saneamento Básico
		Energia Elétrica na Escola
		Acesso à internet
		Laboratórios e bibliotecas
Financeira	Financeiro/ Gestão	Repasse do Fundeb

Fonte: Elaboração própria (2025)

Tal esforço ganha ainda maior relevância diante do contexto normativo atual: o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2026–2036), aprovado pela Lei nº 15.388/2026. Esse cenário exige que os municípios revisem seus Planos Municipais de Educação (PME) com base em diagnósticos atualizados e territorializados, como o que se propõe neste estudo. Assim, o panorama analisado sobre a educação no Recôncavo entre 2014 e 2024 não apenas subsidia o alinhamento das metas locais ao novo marco nacional, mas também fundamenta o percurso metodológico da pesquisa, que se volta à análise empírica desses indicadores e à interpretação crítica dos resultados à luz das políticas educacionais vigentes.

3. MÉTODO

Esta pesquisa tem natureza descritiva e se baseia na análise de dados secundários obtidos de fontes oficiais. Seu objetivo não é interceder diretamente nos processos educacionais dos municípios do Recôncavo estudados, mas apresentar um panorama da educação municipal nos últimos dez anos.

Assim, a primeira etapa do tratamento dos dados foi identificar, organizar, sistematizar e descrever as informações disponíveis sobre a educação municipal no Recôncavo da Bahia, a fim de observar uma descrição do período de 2014 a 2024. Com base nas leis que regem a política educacional do país e nos indicadores educacionais e socioeconômicos disponíveis nas bases de dados oficiais, buscou-se evidenciar padrões e variações internas entre os municípios estudados, evitando a armadilha de impor relações de causa e efeito ou conclusões definitivas.

A escolha pela metodologia descritiva está em sintonia com o Campo de Públicas, que valoriza a criação de diagnósticos baseados em evidências. Dessa forma, procurou-se fornecer recursos que possam direcionar processos de tomada de decisão e aprimorar o planejamento das políticas educacionais na área estudada.

A escolha desse período de dez anos (2014–2024) não foi feita de maneira aleatória. Esse período coincide com a duração do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei n.º 13.005/2014, e constitui uma fase fundamental para o planejamento educacional no Brasil. Ademais, o período em questão está relacionado ao processo de implementação do novo Plano Nacional de Educação (2026-2036), que foi atualmente aprovado pela lei Nº 15.388, De 14 de Abril de 2026. Assim, trata-se de um momento estratégico em que os municípios estão sendo convocados a revisar e atualizar seus planos municipais de educação com base nas metas e diretrizes estabelecidas a nível nacional.

Além disso, o período escolhido inclui duas gestões municipais completas, permitindo observar possíveis mudanças institucionais. O período em análise abrange também cinco ciclos de aplicação do SAEB, que é fundamental para o diagnóstico e a identificação de tendências de desempenho escolar, proporcionando maior robustez ao panorama educacional deste estudo. Nesse período, ocorreram mudanças significativas, como a aprovação do Novo Fundeb, a consolidação das avaliações em larga escala e mudanças socioeconômicas que

afetaram diretamente as redes municipais de ensino. O uso de uma série histórica de dez anos possibilita a identificação de padrões e a realização de comparações entre municípios com diferentes realidades no mesmo território.

Cabe destacar que alguns dos dados utilizados na pesquisa correspondem a períodos distintos, em razão da disponibilidade das bases oficiais no momento da realização do estudo. Em determinados casos, foram utilizados os dados mais recentes disponíveis, ainda que não coincidisse exatamente com os anos de referência inicialmente previstos. Como por exemplo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que era previsto para acontecer em 2020, mas foi realizado em 2022 por conta dos impactos da pandemia da Covid-19 e da falta de compromisso do governo da época em diversos sentidos como apoio e financiamento.

A opção pelo Recôncavo da Bahia também é explicada pela singularidade da natureza da região. A área de interesse abrange as 19 cidades, uma região de relevância histórica e com uma significativa diversidade social, econômica e demográfica. Esse conjunto constitui um espaço adequado para desenvolver um estudo educacional comparativo, descritivo, considerando que cada cidade apresenta suas particularidades, conforme demonstrado pelos dados oficiais disponíveis. O Território foi apresentado no Capítulo 4, adiante.

A definição do território adotado também é respaldada pela presença institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), cujos centros acadêmicos estão incluídos na área analisada. Essa inclusão fortalece a criação de conhecimento focada nas dinâmicas locais e amplia a capacidade de investigar, de maneira mais detalhada, os contextos educacionais específicos da região. Assim, foi estabelecida uma relação benéfica entre a pesquisa, formação acadêmica e desenvolvimento local, com a Universidade. Segundo a UFRB (2026): “Desde sua criação, em 2005, a presença da UFRB no território baiano tem promovido transformações significativas na vida das pessoas e nas cidades que a abraçam”, atuando como intermediária entre a realidade regional e a elaboração de análises que contribuem para o aprimoramento das políticas públicas municipais no território.

A pesquisa se fundamenta totalmente em dados públicos que são disponibilizados por entidades oficiais, prezando por maior credibilidade e a possibilidade de comparação entre os municípios do recôncavo estudados, conforme Quadro 2, com o modelo operacional para o modelo de análise proposto no Quadro 1.

Quadro 2– Modelo operacional: indicadores utilizados na análise da educação pública municipal do Recôncavo da Bahia (2013-2023- 2022-2014–2024)

Dimensão de Análise	Sub-dimensão de Análise	Indicador	Fonte	Dados atualizados em...
Socioeconômica Municipal (perfil)	Demográfica	N. populacional	IBGE CIDADES	2022
		N População zona rural	IBGE CIDADES	2022
		N População zona urbana	IBGE CIDADES	2022
		N população com 0 a 14 anos	IBGE CIDADES	2022
	Econômica	PIB	IBGE CIDADES	2023
		PIB per capita	IBGE CIDADES	2023
Transparência municipal	Divulgação do PME vigente	PME vigente divulgado no site da Prefeitura	SITE DA PREFEITURA	2026
	Divulgação de ações de construção do novo PME	Proposta de novo PME divulgado no site da Prefeitura	SITE DA PREFEITURA	2026
	Divulgação do uso dos recursos do FUNDEB	Prestação de contas do FUNDEB informada no site da Prefeitura	SITE DA PREFEITURA	2026
	Divulgação sobre as ações do Cons. Mul. de Educação	Página específica para o Conselho Municipal de Educação	SITE DA PREFEITURA	2026
Educacional	Oferta	N. escolas municipais	QEdu	2024
		N. creches municipais	IBGE CIDADES	2024
		N. escolas rurais municipais	QEdu	2024
		N. de professores municipais permanentes	QEdu	2024
	Acesso	N. matrícula creche	QEdu	2024
		N. matrícula Fundamental anos iniciais	QEdu	2024
		N. matrícula Fundamental anos finais	QEdu	2024
		Taxa de Matrícula total	QEdu	2023
	Fluxo	Taxa de Aprovação, Reprovação e Abandono	QEdu	2023
	Desempenho	Meta IDEB Anos finais	QEdu	2023
		Meta IDEB Anos iniciais	QEdu	2023
		IDEB Anos finais	QEdu	2023
		IDEB Anos iniciais	QEdu	2023
Infraestrutura	Infraestrutura Escolar	Saneamento Básico	QEdu	2024
		Energia Elétrica na Escola	QEdu	2024
		Acesso à internet	QEdu	2024
		Laboratórios	QEdu	2024

		Biblioteca	QEdU	2024
Financeira	Financeiro/ Gestão	Repasse do Fundeb	TESOURO NACIONAL	2024

Fonte: Elaboração própria (2025)

A plataforma QEdU foi acessada para coleta das informações de indicadores educacionais como IDEB, taxas de aprovação, reprovação e evasão, infraestrutura, além de dados originados do SAEB. Vale o registro de que a Plataforma QEdU sistematiza os dados do MEC e do INEP, quanto ao Censo escolar e as avaliações em larga escala, a exemplo do SAEB.

Além disso, foram utilizados dados do IBGE, que são fundamentais para a compreensão dos aspectos demográficos e socioeconômicos do local, além de registros do FNDE relacionados aos repasses do Fundeb. Os sistemas de finanças públicas, como o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), Tesouro Nacional e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), juntamente com os sites oficiais das prefeituras e seus Planos Municipais de Educação (PME), forneceram informações adicionais.

O percurso metodológico foi organizado em três fases que se interligam. Em primeiro lugar, foram reunidas informações a respeito das condições socioeconômicas dos 19 municípios do Recôncavo, incluindo dados sobre renda, urbanização, PIB per capita e outros elementos que contribuem para traçar, quase como um mapa dinâmico, o contorno dessa região diversa.

Na próxima etapa, o foco foi exclusivamente na administração municipal da educação, motivo pelo qual a coleta e a organização dos dados foram limitadas às redes públicas municipais de ensino. Para manter a coerência com o recorte institucional utilizado durante o estudo, os dados das redes estadual e privada não foram levados em consideração. Com esse recorte, analisou-se os dados dos principais indicadores das redes municipais, como o IDEB, os indicadores de fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono), dados sobre infraestrutura e os repasses do Fundeb. O objetivo foi analisar o comportamento desses indicadores durante o período estudado, sempre no contexto da gestão municipal.

Inicialmente, todas as informações foram coletadas e organizadas em planilhas do Excel, uma ferramenta que, cabe ressaltar, atua quase como uma bússola para quem precisa transitar entre passado e presente sem se desorientar. Com essa ferramenta foi possível organizar os dados obtidos e representar as diferenças entre municípios e períodos em tabelas

e gráficos. Por sua vez, esses recursos ajudaram a identificar rapidamente tendências e contrastes que, de outra forma, poderiam ficar ocultos em um uso desordenado de números. Na ilustração dos dados nos quadros síntese, utilizamos algumas setas para a melhor compreensão do leitor. De maneira intuitiva, a seta para cima significa que o município analisado melhorou os seus resultados, a seta na horizontal mostra uma estagnação e a seta para baixo uma regressão em seus resultados.

Ao mesmo tempo, usou-se o Notebook LM, instrumento empregado para melhor entendimento dos textos escolhidos, assim como a criação de áudios e vídeos interativos a fim de tornar mais compreensíveis os conceitos estudados. Na operacionalização da pesquisa, o NotebookLM foi utilizado para a sistematização das categorias de análise, definidas a priori, em relação aos textos escolhidos como base teórica nesta pesquisa.

Além das fases de coleta, organização e análise dos dados, este trabalho contou, em alguns momentos, com a assistência do ChatGPT, empregado unicamente para atividades de revisão de texto. A ferramenta surgiu como um suporte que faz os ajustes finais de um texto, corrigindo a pontuação, melhorando a coerência, aprimorando a coesão e oferecendo sugestões para tornar a leitura mais clara e fluida. É importante ressaltar que esse suporte não ultrapassou os limites da análise, nem influenciou a interpretação dos dados obtidos, assegurando que a perspectiva analítica e a autoria fossem totalmente preservadas, seguindo os princípios e diretrizes elaborados por Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024).

A ferramenta foi utilizada efetuando apenas correções gramaticais sem jamais interferir no núcleo analítico e teórico do estudo. Assim, sua contribuição não afetou a originalidade, nem o rigor metodológico que embasam este estudo, servindo apenas como um refinamento cuidadoso do texto final.

4. RECÔNCAVO, TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

Situado na região da Baía de Todos-os-Santos, o Recôncavo da Bahia se estabeleceu, ao passar dos anos, como um local fundamental para a formação econômica e social do Estado. Não é apenas uma questão geográfica: 19 municípios que têm em comum trajetórias históricas, práticas culturais e arranjos produtivos que, de certa forma, ainda ressoam no presente (ver mapa na Figura 1). Segundo o IBGE (2022), há predominância de localidades de pequeno e médio porte, caracterizadas por dinâmicas populacionais diferentes e por uma convivência constante entre áreas urbanas e rurais, realidades que se entrelaçam no dia a dia da região.

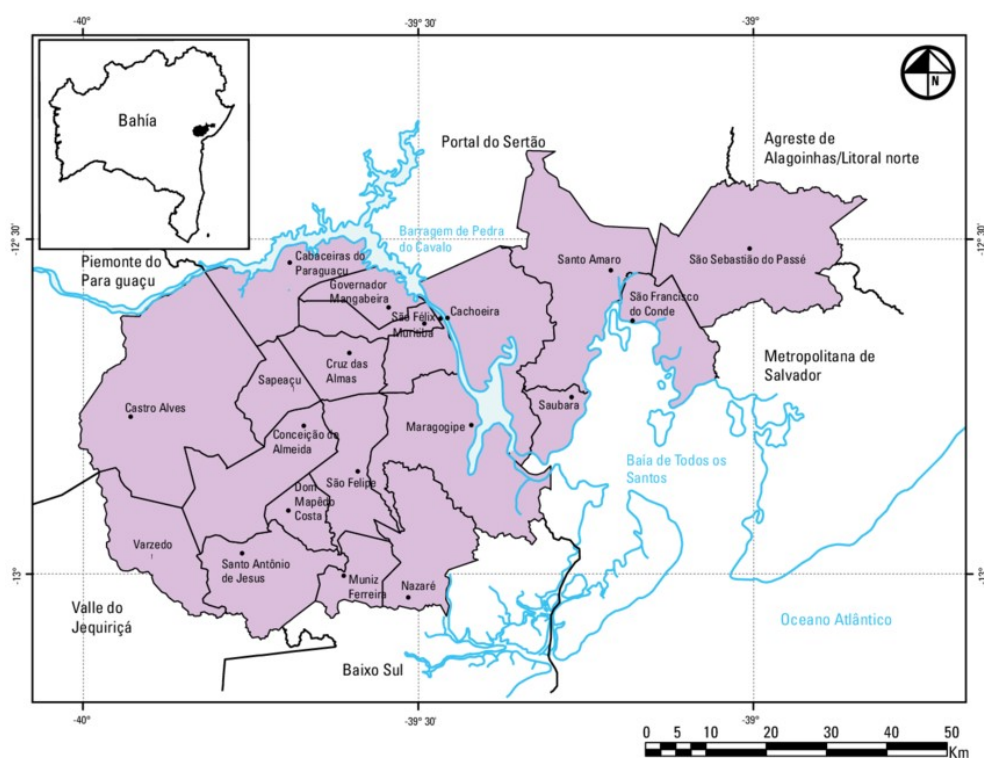


Figura 1: Mapa do território de identidade do Recôncavo

Fonte: SEI/BA, 2025

O território é percebido como algo mais do que uma área demarcada, sendo uma entidade complexa que se transforma temporalmente a partir das dinâmicas sociais.

[...] o território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais Ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em

território usado, utilizado por uma população (Santos; Silveira, 2003, p. 174 *apud* Coelho, 2022, p. 13).

De acordo com Azevedo (2011, p. 207), físico-territorialmente, o Recôncavo é a região que envolve a Baía de Todos-os-Santos, criando uma espécie de contorno natural. Manguezais, baixios e tabuleiros predominam nessa área, assentados em solos argilosos conhecidos como massapê que são terras densas e férteis. Durante o período colonial, essas características favoreceram a expansão da lavoura canavieira e a instalação dos engenhos. Essa não é apenas uma descrição geográfica, a própria configuração do solo e da paisagem influenciou as práticas produtivas, as formas de ocupação e os padrões de organização social.

Conforme argumenta Pedrão (2007, p. 9-12), o Recôncavo deve ser interpretado a partir de sua formação social histórica, marcada pela permanência de elementos estruturais da sociedade escravista na composição contemporânea de classes. O autor sustenta que os processos de modernização ocorreram de forma frágil e desigual, preservando mecanismos de exclusão e formas de dominação herdadas do período colonial. A região estruturou-se historicamente em função de sua inserção em circuitos econômicos voltados ao comércio exterior, inicialmente com a produção açucareira e fumageira, o que consolidou a articulação entre interesses mercantis sediados em Salvador e as oligarquias agrárias do Recôncavo. Essa aliança conformou um sistema regional de poder, enquanto amplos segmentos da população permaneceram à margem dos benefícios da economia exportadora. Contudo, a partir da década de 1940, a região perdeu centralidade quando o modal rodoviário passou a, paulatinamente, substituir o modal fluvial. Somente nos meados de 1980, a região recebe nova atenção, especialmente com o turismo.

Em 2005, é implantada a UFRB, com sede em Cruz das Almas e campi instalados em Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus. Fora do Recôncavo, mas em direto contato com ele, foram instalados centros em Amargosa (Território do Vale do Jequiriçá) e em Feira de Santana, segundo maior município da Bahia (Território do Portal do Sertão). Em 2026, foi aprovada a criação de um novo centro em Nazaré, novamente no Recôncavo.

4.1 Panorama sociodemográfico e econômico dos municípios do Recôncavo

A Tabela 1 apresenta os dados demográficos dos municípios do Recôncavo, referentes aos Censos IBGE de 2010 e 2022. Sua comparação evidencia um processo de reestruturação

populacional no conjunto dos municípios analisados, marcados por crescimento seletivo e retração em parte significativa do território. Observa-se que o aumento populacional se concentra sobretudo em Santo Antônio de Jesus e, em menor escala, em Cruz das Almas, enquanto municípios como Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro e São Félix registram perdas expressivas (as maiores variações estão marcadas em amarelo). Esse padrão pode indicar um movimento de polarização regional, no qual determinados centros urbanos consolidam sua capacidade de atração, provavelmente associada à oferta de serviços, comércio e funções administrativas, ao mesmo tempo que municípios historicamente relevantes perdem dinamismo demográfico, acarretando desigualdades socioespaciais, assim como argumentam Miyazaki e Silva (2023, p. 170 - 171)

[...] as desigualdades socioespaciais constituem uma característica intrínseca da urbanização contemporânea. Mais do que meras diferenças na distribuição de infraestrutura e serviços, essas desigualdades refletem relações de poder, estratégias de dominação e uma lógica excludente que limita ou dificulta o acesso pela população a recursos essenciais, como, por exemplo, educação, saúde, segurança e mobilidade urbana.

Município		2010				2022			
	Mudança pop total	Pop. total	Pop. rural	Pop. urbana	Pop 0 a 14 anos	Pop.total	Pop. rural	Pop. urbana	Pop 0 a 14 anos
Cabaceiras do Paraguaçu	↓	17.327	12.683	4.644	5.130	16.559	11.262	5.297	3.742
Cachoeira	↓	32.035	15.643	16.392	7.625	29.250	9.256	19.994	5.730
Castro Alves	↓	25.419	9.719	15.700	6.140	24.712	8.929	15.783	4.764
Conceição do Almeida	↓	17.895	9.969	7.926	3.792	15.794	8.316	7.478	2.649
Cruz das Almas	↑	58.584	8.705	49.879	12.660	60.348	13.081	47.267	11.220
Dom Macedo Costa	↑	3.873	2.113	1.760	816	4.407	2.181	2.226	796
Governador Mangabeira	↑	19.826	12.409	7.417	4.857	20.605	11.205	9.400	4.113
Maragogipe	↓	42.815	17.723	25.092	3.188	35.859	14.519	21.340	6.783
Muniz Ferreira	↓	7.310	3.916	3.394	1.523	7.190	3.340	3.850	1.252
Muritiba	↓	28.897	10.859	18.038	6.623	28.707	9.555	19.152	5.464
Nazaré	↓	27.269	4.408	22.861	6.308	27.060	5.251	21.809	5.317
Santo Amaro	↓	57.811	13.033	44.778	13.135	56.012	12.886	43.126	10.602
Santo Antônio De Jesus	↑	90.949	11.678	79.271	19.957	103.055	10.845	92.210	19.894

São Felipe	↓	20.305	10.485	9.820	4.446	20.283	9.115	11.168	3.633
São Felix	↓	14.099	4.833	9.266	3.031	11.026	3.911	7.115	2.046
São Sebastião do Passé	↓	42.153	9.041	33.112	9.728	40.958	7.220	33.738	8.019
Sapeaçu	↑	16.597	8.510	8.087	3.904	17.963	7.952	10.011	3.386
Saubara	↑	11.201	253	10.948	2.537	11.438	269	11.169	2.178
Varzedo	↑	9.121	5.750	3.371	2.100	9.913	5.627	4.286	1.877

Tabela 1: Dados populacionais dos municípios do Recôncavo – 2010 – 2022

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010; Censo Demográfico IBGE 2022

Outro aspecto estrutural é a redução generalizada da população de 0 a 14 anos em quase todos os municípios. A queda desse contingente etário é significativa mesmo onde houve crescimento da população total, como em Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. Também houve forte queda na população infantil em Cachoeira e Conceição do Almeida, municípios onde não aconteceram aumentos populacionais. Esse dado revela uma transição demográfica em curso, que se caracteriza pela diminuição da fecundidade e pelo processo de envelhecimento populacional. As implicações são diretas para o planejamento público, especialmente nas áreas de educação básica, mercado de trabalho e políticas sociais, uma vez que a redução da base etária altera a demanda por vagas escolares e projeta, no médio prazo, mudanças na composição da força de trabalho. Silva e Galindo (2023, p. 2682) trazem que:

Nas projeções populacionais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, a configuração populacional do nosso país com menos jovens e mais velhos será atingida até 2050, com impactos sociais, econômicos, governamentais, trabalhistas e familiares. Desse modo, a velhice vem ocupando cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas a partir de um viés patologizante e economicista.

Após a análise das transformações demográficas, torna-se necessário examinar a dimensão econômica dos municípios, a fim de compreender se as dinâmicas populacionais observadas encontram correspondência no desempenho produtivo. A Tabela 2 apresenta indicadores centrais entre 2013 e 2023 como: PIB total e PIB per capita, permitindo avaliar o crescimento econômico municipal. A articulação desses dados possibilita identificar se os municípios que concentram população também concentram riqueza, ou se há dissociação entre expansão econômica e melhoria das condições socioeconômicas locais.

Município		2013		2023	
	Mudan ça no PIB	PIB	PIB per capita	PIB	PIB per capita
Cabaceiras do Paraguaçu	↑	R\$ 104.664.000,00	R\$ 5.593,09	R\$ 186.027.980,00	R\$ 11.234,25
Cachoeira	↑	R\$ 387.812.000,00	R\$ 11.324,96	R\$ 521.415.950,00	R\$ 17.826,19
Castro Alves	↑	R\$ 233.432.000,00	R\$ 8.614,68	R\$ 431.937.990,00	R\$ 17.478,88
Conceição do Almeida	↑	R\$ 115.089.000,00	R\$ 6.172,99	R\$ 236.506.600,00	R\$ 14.974,46
Cruz das Almas	↑	R\$ 776.423.000,00	R\$ 12.265,95	R\$ 1.279.175.070,00	R\$ 21.196,64
Dom Macedo Costa	↑	R\$ 25.121.000,00	R\$ 6.087,07	R\$ 60.840.320,00	R\$ 13.805,38
Governador Mangabeira	↑	R\$ 149.508.000,00	R\$ 7.077,31	R\$ 284.847.180,00	R\$ 13.824,18
Maragogipe	↓	R\$ 754.165.000,00	R\$ 16.488,08	R\$ 479.200.000,00	R\$ 13.363,78
Muniz Ferreira	↑	R\$ 37.358.000,00	R\$ 4.774,17	R\$ 86.329.420,00	R\$ 12.006,87
Muritiba	↑	R\$ 219.883.000,00	R\$ 7.177,52	R\$ 375.976.500,00	R\$ 13.097,03
Nazaré	↑	R\$ 227.475.000,00	R\$ 7.811,09	R\$ 463.720.770,00	R\$ 17.136,76
Santo Amaro	↑	R\$ 585.014.000,00	R\$ 9.526,83	R\$ 1.375.771.160,00	R\$ 24.562,08
Santo Antônio De Jesus	↑	R\$ 1.643.502.000,00	R\$ 16.533,06	R\$ 3.028.413.730,00	R\$ 29.386,38
São Felipe	↑	R\$ 142.582.000,00	R\$ 6.627,70	R\$ 282.890.890,00	R\$ 13.947,19
São Felix	↑	R\$ 136.914.000,00	R\$ 9.125,14	R\$ 198.066.090,00	R\$ 17.963,55
São Sebastião do Passé	↑	R\$ 830.624.000,00	R\$ 18.421,46	R\$ 957.089.480,00	R\$ 23.367,58
Sapeaçu	↑	R\$ 140.683.000,00	R\$ 7.996,06	R\$ 343.804.520,00	R\$ 19.139,59
Saubara	↑	R\$ 103.330.000,00	R\$ 8.555,26	R\$ 140.683.000,00	R\$ 15.699,58
Varzedo	↑	R\$ 62.362.000,00	R\$ 6.599,83	R\$ 172.935.390,00	R\$ 17.445,31

Tabela 2: Dados sobre a economia dos municípios do Recôncavo – 2013 – 2023

Fonte: IBGE CIDADES 2013; IBGE CIDADES 2023

A comparação dos dados de 2013 e 2023 revela um ciclo de expansão econômica praticamente generalizado no conjunto dos municípios analisados. Observa-se aumento expressivo do PIB total na quase totalidade dos casos, com destaque para Santo Antônio de Jesus, que praticamente duplicou seu produto interno bruto no período, e para Santo Amaro e

Cruz das Almas, que também apresentaram crescimento significativo. Cidades de menor porte, como Varzedo, Sapeaçu e Dom Macedo Costa, mostraram variações proporcionais mais elevadas, indicando, possivelmente um dinamismo recente em economias locais que anteriormente eram menos expressivas.

Por outro lado, a diminuição observada em Maragogipe constitui elemento ímpar no conjunto analisado. A redução do PIB total e do PIB per capita no município sugere a perda de dinamismo produtivo no período estudado, possivelmente associada a transformações setoriais ou à diminuição de atividades econômicas específicas, tais como a criação e posteriormente o fechamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP).

No período em que houve o processo de instalação do EEP, em Maragogipe, observou-se um crescimento significativo no Produto Interno Bruto (PIB), que chegou a quadruplicar o seu valor. Com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi possível alcançar um aumento de oito vezes e, quanto ao indicador social de geração de empregos, a variação absoluta, a diferença entre a abertura e fechamento de vagas, foi de 4.024 postos de trabalho, evidenciando o impacto positivo para a economia (Dória, 2017, p. 100 *apud* Medeiros et al., 2024, p. 21).

Paralelamente, o PIB per capita apresentou elevação consistente na maioria dos municípios, evidenciando que o crescimento econômico superou, em termos relativos, a dinâmica populacional observada no período. Em alguns casos, como Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé, o aumento foi expressivo, sinalizando ampliação da geração de riqueza por habitante. Contudo, a evolução do PIB per capita deve ser interpretada com calma, porque não implica, necessariamente, melhoria na distribuição de renda ou ampliação do bem-estar social. O indicador expressa aumento da produção econômica média, mas não informa sobre a forma como essa riqueza é apropriada pela população.

5. PANORAMA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO RECÔNCAVO

O capítulo **Panorama da Educação Municipal do Recôncavo** tem como propósito destacar os principais elementos que estruturam a política educacional nos municípios do território ao longo do período estudado. Inicialmente, examina-se a transparência da gestão pública educacional, a partir da verificação dos *sites* institucionais das prefeituras e dos diários oficiais, a fim de encontrar os planos municipais vigentes e propostas para a nova elaboração do próximo plano municipal da educação e da divulgação das informações orçamentárias. Na sequência, esta seção volta-se à análise da oferta e do desempenho das redes municipais do Recôncavo, com base nos dados de matrículas, fluxo escolar e resultados acadêmicos disponibilizados pela plataforma QEdu.

Nesse sentido iremos examinar como a educação básica municipal se encontra no período e no território. Em seguida, procede-se à avaliação das condições de infraestrutura das escolas municipais, reconhecendo que os elementos físicos e materiais não são acessórios, mas condição concreta para a efetivação do direito à educação. Por fim, busca-se articular os dados reunidos ao longo da década a fim de identificar padrões de continuidade, mudanças relevantes ou eventuais retrocessos nas políticas educacionais municipais do Recôncavo.

5.1 Transparência municipal, recursos e os planos de educação

A leitura dos dados relativos à dimensão sobre transparência, recursos e planos municipais da política educacional nos municípios do Recôncavo, no recorte de 2023 (Tabela 3), revela um conjunto marcado por assimetrias na consolidação dos instrumentos formais de planejamento e por graus variados de transparência. De início, chama atenção a inexistência de novo Plano Municipal de Educação (2026 - 2036), bem como a ausência de registros claros acerca da vigência dos planos anteriores, no âmbito da transparência ativa esses planos não foram encontrados em seus sites institucionais, possivelmente influenciados pelo atraso do Plano Nacional de educação, que deve ser levado como base para o Plano Municipal de educação.

No que se refere à transparência dos recursos da educação, mais especificamente o FUNDEB, observa-se que a maioria dos municípios disponibiliza informações relativas à prestação de contas do fundo em seus portais oficiais. Ainda assim, a prática não é uniforme.

Há casos em que a publicidade ativa é inexistente como em: Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Sapeaçu e Varzedo.

Município	2023				
	Mudança	PME Vigente e publicado	Novo PME	Prestação de contas no site da prefeitura - FUNDEB	Página específica para o conselho municipal de educação
Cabaceiras do Paraguaçu	↓	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cachoeira	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Castro Alves	→	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Conceição do Almeida	↑	SIM	NÃO	SIM	SIM
Cruz das Almas	↑	SIM	NÃO	SIM	SIM
Dom Macedo Costa	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Governador Mangabeira	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Maragogipe	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Muniz Ferreira	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Muritiba	↓	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Nazaré	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Santo Amaro	↓	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Santo Antônio De Jesus	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
São Felipe	↓	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
São Felix	↓	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
São Sebastião do Passé	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Sapeaçu	↓	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Saubara	→	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Varzedo	↓	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Tabela 3: Dados sobre transparência, recursos e planos educacionais dos municípios do Recôncavo - 2023

Fonte: IBGE CIDADES 2023

Outro ponto que se evidencia é a pouca visibilidade institucional dos Conselhos Municipais de Educação. A escassa presença de páginas específicas destinadas a esses órgãos nos *sites* eletrônicos das prefeituras ou na *internet*/redes sociais sugere fragilidade na publicização de instâncias que, por definição, exercem funções normativas, deliberativas e fiscalizadoras. Se o conselho é concebido como espaço de mediação entre Estado e sociedade, sua baixa projeção digital pode indicar limitações na institucionalização dos mecanismos

participativos, como se a arena do controle social estivesse ali, formalmente constituída, mas pouco utilizada. Como é trazido por Garcia, Halmenschlager e Brick (2021):

[...] embora os CMEs sejam compreendidos como espaços democráticos participativos, responsáveis por exercer funções deliberativas e de controle e de mobilização social no âmbito educacional, no caso estudado, não foi possível observar o exercício da autonomia por parte do conselho. Pois a maioria das decisões tomadas pelos conselheiros passa por algum tipo de controle por parte do Poder Executivo municipal[...] (Garcia; Halmenschlager; Brick, 2021, p. 18).

A Tabela 4 apresenta os dados referentes aos repasses anuais do FUNDEB destinados aos municípios do Recôncavo nos anos de 2014 e 2024. A comparação entre esses dois marcos temporais permite observar a evolução dos recursos transferidos, observando possíveis variações do principal fundo de manutenção da educação básica municipal. Para fins deste TCC, não foi feita a correção dos valores de 2014, do mesmo modo que não foi feita para o PIB e o PIB per capita.

Município		2014	2024
	Mudança	Valor anual de repasse de FUNDEB - 2014	Valor anual de repasse de FUNDEB - 2024
Cabaceiras do Paraguaçu	↑	R\$ 10.945.523,25	R\$ 40.292.938,88
Cachoeira	↑	R\$ 11.557.898,70	R\$ 32.328.579,27
Castro Alves	↑	R\$ 15.136.215,15	R\$ 54.545.793,37
Conceição do Almeida	↑	R\$ 4.454.468,26	R\$ 18.207.735,09
Cruz das Almas	↑	R\$ 20.638.877,51	R\$ 53.788.491,11
Dom Macedo Costa	↑	R\$ 1.445.349,14	R\$ 5.336.912,55
Governador Mangabeira	↑	R\$ 11.219.889,63	R\$ 33.958.787,73
Maragogipe	↑	R\$ 20.270.922,45	R\$ 54.108.294,70
Muniz Ferreira	↑	R\$ 3.509.255,35	R\$ 7.655.085,74
Muritiba	↑	R\$ 11.494.354,45	R\$ 42.048.376,49
Nazaré	↑	R\$ 10.566.848,32	R\$ 89.411.766,76
Santo Amaro	↑	R\$ 28.921.183,07	R\$ 78.646.232,02
Santo Antônio De Jesus	↑	R\$ 28.609.286,48	R\$ 86.370.723,96
São Felipe	↑	R\$ 10.630.355,32	R\$ 60.989.912,93
São Felix	↑	R\$ 5.513.307,63	R\$ 25.691.322,09
São Sebastião do Passé	↑	R\$ 19.136.194,85	R\$ 36.692.591,02
Sapeaçu	↑	R\$ 7.559.406,03	R\$ 64.192.388,87
Saubara	↑	R\$ 6.775.328,84	R\$ 12.353.383,05
Varzedo	↑	R\$ 4.546.466,39	R\$ 13.265.915,12

Tabela 4: Dados sobre transparência, recursos e planos educacionais dos municípios do Recôncavo - 2014 - 2024

Fonte: Tesouro Nacional 2014 - 2024

A análise dos repasses anuais do FUNDEB em 2014 e em 2024 indica um aumento considerável nos fundos alocados para a educação básica municipal em todos os municípios do Recôncavo. Todos os municípios analisados apresentaram crescimento no volume transferido destacando-se Nazaré, Sapeaçu e São Felipe com os maiores aumentos, indicando uma expansão da capacidade financeira destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ao longo da década. Essa progressão está alinhada com as mudanças institucionais no sistema de financiamento da educação básica no Brasil, particularmente com a consolidação do FUNDEB como um mecanismo duradouro e com o aumento gradual da complementação da União.

Nesse cenário, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) emerge como um dos instrumentos mais importantes para assegurar que os recursos destinados à educação sejam distribuídos de maneira equitativa, promovendo a melhoria das condições das escolas e a valorização dos profissionais do magistério (Martins; Oliveira, 2025, p. 2).

5.2 Oferta, Acesso, fluxo e desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo

As próximas análises focarão na observação dos dados sobre oferta, acesso, do fluxo escolar e do desempenho das redes municipais de educação no Recôncavo. As tabelas mostradas possibilitarão uma análise mais aprofundada do panorama da educação básica no território através das dimensões estudadas nesse subtítulo, além de permitir a identificação de padrões, progressões e aprendizagem. Esses padrões são essenciais para analisar o panorama no âmbito municipal do território do Recôncavo.

5.2.1: Oferta da Educação pública municipal

A Tabela 5 apresenta dados referentes à dimensão sobre oferta educacional nos municípios do Recôncavo nos anos de 2014 e 2024, observando o número de escolas municipais, creches municipais, creches municipais localizadas na zona rural e professores efetivos do município.

Município	Redes municipais								
	Mudança	Escolas		Creches		Escolas rurais		Professores permanentes	
Ano referência		2014	2024	2014	2024	2014	2024	2014	2024
Cabaceiras do Paraguaçu	↓	29	28	20	20	23	21	N.D.	128
Cachoeira	↓	49	35	12	22	39	26	N.D.	168
Castro Alves	↓	44	24	16	15	33	15	N.D.	214
Conceição Almeida do	↓	28	14	1	9	22	9	N.D.	104
Cruz das Almas	↓	49	45	9	16	26	22	N.D.	259
Dom Macedo Costa	→	5	5	1	3	3	3	N.D.	47
Governador Mangabeira	↓	29	28	0	13	23	21	N.D.	149
Maragogipe	↓	66	54	5	6	50	38	N.D.	241
Muniz Ferreira	↓	21	18	11	8	14	11	N.D.	63
Muritiba	↓	25	20	6	12	18	13	N.D.	167
Nazaré	→	36	36	2	15	14	13	N.D.	118
Santo Amaro	↓	74	62	28	32	48	40	N.D.	291
Santo Antônio De Jesus	↑	43	49	26	28	22	18	N.D.	405
São Felipe	↑	16	17	8	11	7	8	N.D.	113
São Felix	↓	22	12	10	4	15	7	N.D.	74
São Sebastião do Passé	↓	33	32	6	7	22	21	N.D.	258
Sapeaçu	↓	28	26	15	18	18	17	N.D.	150
Saubara	↑	13	16	1	4	2	7	N.D.	81
Varzedo	↓	16	7	1	4	12	3	N.D.	70

Tabela 5: Oferta das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2014 - 2024

Fonte: IBGE CIDADES E QEdu 2014 - 2024

A comparação entre 2014 e 2024 revela, como uma tendência geral, a redução no número total de escolas municipais na maioria dos municípios do Recôncavo, acompanhada de uma reorganização da oferta na zona rural e expansão do número de creches em vários casos. Trata-se de um movimento de racionalização da rede física, frequentemente associado

à nucleação de escolas e à reorganização territorial da oferta. Em concordância com essa afirmativa discorrem Soares e Vidal (2022, p. 2006):

Para Graça (2016) a política de reordenamento das redes escolares é parte das medidas racionalizadoras no campo da educação pública e emerge em um contexto de redução de alunos na educação básica, por isso se encontra nas agendas governamentais, muitas vezes se manifestando, na prática, em ações como enturmação, reenturmação, nucleação, agrupamentos, municipalização e estadualização, compartilhamento de prédios escolares e fechamento de estabelecimentos.

No que se refere ao número total de escolas municipais, observa-se queda expressiva em municípios como Castro Alves, Conceição do Almeida, São Félix, Varzedo, Maragogipe, e Santo Amaro. Esse padrão sugere processos de fechamento ou unificação dessas unidades, especialmente de pequeno porte, provavelmente vinculados à diminuição da população em idade escolar ou à busca por maior eficiência administrativa. Assim como Soares e Vidal (2022, p. 2019) trazem que:

Depreende-se que há diferentes perspectivas de reordenamento de rede escolar, orientadas, principalmente, para dar maior ênfase à eficiência dos serviços prestados por essas instituições, com destaque para a garantia de direitos, a otimização da gestão, a responsabilização e a racionalidade técnica.

A redução das escolas rurais é um dos fenômenos mais consistentes nos dados analisados. Castro Alves, Conceição do Almeida, Maragogipe e Varzedo ilustram bem essa tendência. Isso pode indicar também um avanço da nucleação escolar no campo, estratégia que pode otimizar recursos, mas também coloca possíveis desafios em relação aos transportes escolares e à permanência dos estudantes na escola.

Em contrapartida, há expansão do número de creches municipais em boa parte dos municípios. Cachoeira, Nazaré, Governador Mangabeira e Sapeaçu evidenciam crescimento relevante na oferta da educação infantil. Esses resultados sinalizam um possível alinhamento às metas de ampliação do atendimento na primeira infância, tendo em vista a consolidação da obrigatoriedade da pré-escola e das políticas de incentivo à educação infantil, em consonância com a LDB (1996), que trouxe a educação infantil com primeira fase da educação básica.

5.2.2: Acesso à educação municipal

A Tabela 6 apresenta a evolução do número de matrículas nas redes municipais do Recôncavo nos anos de 2014 e 2024, contemplando a educação infantil (creches), o ensino fundamental anos iniciais e anos finais, além do total de estudantes atendidos.

Município	Redes municipais - Matrículas								
	Mudança	Em creches		Fundamental anos iniciais		Fundamental anos finais		Número total de matrículas	
Ano referência		2014	2024	2014	2024	2014	2024	2014	2024
Cabaceiras do Paraguaçu	↓	298	424	1.733	1.195	1.396	1.031	3.169	2.226
Cachoeira	↓	339	399	2.312	1.509	881	1.333	3.193	2.842
Castro Alves	↓	309	506	2.034	1.409	1.794	1.306	3.828	2.715
Conceição do Almeida	↓	61	184	1.019	645	104	431	1.123	1.076
Cruz das Almas	↓	650	775	3.387	2.726	2.216	2.636	5.603	5.362
Dom Macedo Costa	↑	48	87	339	263	N.D	265	339	528
Governador Mangabeira	↓	N.D	272	1.793	1.341	1.437	1.189	3.230	2.530
Maragogipe	↓	325	858	3.453	2.011	1.995	1.728	5.448	3.739
Muniz Ferreira	↓	105	122	446	420	488	443	934	863
Muritiba	↓	156	685	1.860	1.315	1.204	1.123	3.064	2.438
Nazaré	↑	184	679	1.677	1.185	616	1.405	2.293	2.590
Santo Amaro	↓	811	1.124	3.980	2.830	2.845	2.296	6.825	5.126
Santo Antônio De Jesus	↑	421	1.509	4.302	3.946	2.612	4.041	6.914	7.987
São Felipe	↓	217	440	1.440	1.105	1.404	987	2.844	2.092
São Felix	↓	103	213	751	544	794	498	1.545	1.042
São Sebastião do Passé	↓	281	373	2.526	2.151	2.633	1.988	5.159	4.139
Sapeaçu	↓	223	493	1.257	989	704	954	1.961	1.943
Saubara	↓	22	301	741	559	705	596	1.446	1.155
Varzedo	↓	74	132	567	528	688	609	1.255	1.137

Tabela 6: Acesso das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2014 - 2024

Fonte: QEDu 2014 – 2024

A análise do comportamento dos números de matrícula no período estudado nos mostra uma mudança expressiva nas redes municipais do Recôncavo, marcada por três momentos: primeiro, a expansão da educação infantil (creches); segundo, a retração dos números nos anos iniciais do ensino fundamental e terceiro, a demonstração de comportamentos mistos nos anos finais. O primeiro destaque é o crescimento expressivo das matrículas em creches na maioria dos municípios. Maragogipe, Nazaré, Muritiba e Santo Antônio de Jesus apresentam aumentos substanciais.

Entretanto, se observa uma queda consistente nas matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental em quase todos os municípios. Cruz das Almas, Santo Amaro, Maragogipe e Cabaceiras do Paraguaçu mostram bem essa tendência. Esse movimento pode estar relacionado à redução da população em idade escolar, coerente também com a diminuição do contingente de 0 a 14 anos identificada na Tabela 1.

Nos anos finais do ensino fundamental, o comportamento é mais heterogêneo. Enquanto municípios como Santo Antônio de Jesus registram forte crescimento e Nazaré mais que dobra suas matrículas, outros apresentam retração, como São Felipe e São Sebastião do Passé. Quanto ao total de matrículas, o cenário geral é de leve retração ou uma estabilidade em boa parte dos municípios do território, com exceção relevante de Santo Antônio de Jesus, que amplia significativamente seu atendimento, se consolidando como polo educacional regional. Em municípios como Maragogipe e Santo Amaro, a redução é mais pronunciada.

5.2.3: Fluxo escolar

A Tabelas 7 e 8 apresentam os indicadores de fluxo escolar das redes municipais do Recôncavo, contemplando as taxas de aprovação, reprovação e abandono nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, nos períodos de 2013 e 2023. A análise desses dados permite observar avanços ou retrações nas taxas estudadas para melhor analisar o panorama.

Município	Taxas em 2013 (Anos Iniciais)			Taxas em 2023 (Anos Iniciais)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Cabaceiras do Paraguaçu	88,00%	9,80%	2,20%	96,40%	3,30%	0,30%
Cachoeira	94,10%	5,80%	0,10%	91,50%	6,40%	2,10%
Castro Alves	94,60%	3,80%	1,60%	99,30%	0,30%	0,40%
Conceição do Almeida	85,10%	12,20%	2,70%	93,50%	5,10%	1,40%
Cruz das Almas	85,10%	13,60%	1,30%	90,60%	8,70%	0,70%
Dom Macedo Costa	93,20%	6,20%	0,60%	100,00%	0,00%	0,00%
Governador Mangabeira	92,90%	6,00%	1,10%	95,60%	3,20%	1,20%
Maragogipe	85,10%	11,90%	3,00%	93,40%	5,70%	0,90%
Muniz Ferreira	87,70%	12,00%	0,90%	96,70%	3,10%	0,20%
Muritiba	82,50%	13,90%	3,60%	93,80%	5,60%	0,60%
Nazaré	87,70%	10,20%	2,80%	99,60%	0,00%	0,40%
Santo Amaro	84,20%	13,00%	2,80%	91,60%	6,30%	2,10%
Santo Antônio De Jesus	87,30%	9,40%	3,30%	93,80%	5,50%	0,70%
São Felipe	92,80%	5,70%	1,50%	99,10%	0,50%	0,40%
São Felix	86,00%	11,70%	2,30%	91,70%	7,70%	0,60%
São Sebastião do Passé	88,00%	11,90%	0,20%	93,30%	6,70%	0,00%
Sapeaçu	81,10%	16,90%	2,00%	97,70%	0,00%	2,30%
Saubara	94,10%	3,50%	2,40%	99,70%	0,30%	0,00%
Varzedo	89,60%	8,80%	1,60%	96,70%	3,10%	0,20%

Tabela 7: Fluxo escolar dos anos iniciais das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2013 - 2023

Fonte: QEdU 2013

A análise dos dados entre 2013 e 2023 nos mostra uma melhoria significativa nos indicadores de fluxo nas redes municipais do Recôncavo, tendo destaque nos anos finais. Nos anos iniciais, observa-se elevação consistente das taxas de aprovação na maioria dos municípios. Cabaceiras do Paraguaçu passa de 88,0% para 96,4%, Conceição do Almeida de 85,1% para 93,5%; Maragogipe de 85,1% para 93,4%. Casos como Castro Alves (99,3%) e Dom Macedo Costa (100%) atingem níveis ótimos de aprovação em 2023. Paralelamente, as taxas de reprovação e abandono caem expressivamente.

Município	2013 (Anos Finais)			2023 (Anos Finais)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Cabaceiras do Paraguaçu	71,20%	22,60%	6,20%	84,70%	13,60%	1,70%
Cachoeira	96,10%	3,30%	0,60%	80,90%	15,30%	3,80%
Castro Alves	87,40%	6,70%	5,90%	96,20%	1,90%	1,90%
Conceição Almeida do	82,00%	11,40%	6,60%	89,30%	6,50%	1,40%
Cruz das Almas	79,30%	16,20%	4,50%	85,10%	13,60%	1,30%
Dom Macedo Costa	N.D.	N.D.	N.D.	96,30%	3,70%	0,00%
Governador Mangabeira	73,50%	23,10%	3,40%	83,80%	12,70%	3,50%
Maragogipe	80,90%	16,40%	2,60%	90,10%	7,50%	2,40%
Muniz Ferreira	80,10%	14,70%	5,20%	90,80%	7,10%	2,10%
Muritiba	78,10%	13,90%	3,60%	85,70%	11,80%	2,50%
Nazaré	61,30%	15,20%	23,50%	99,90%	0,00%	0,10%
Santo Amaro	78,20%	18,30%	3,50%	86,00%	9,80%	4,20%
Santo Antônio De Jesus	75,30%	21,20%	3,50%	87,80%	9,90%	2,30%
São Felipe	62,40%	19,70%	18,00%	90,40%	5,70%	3,90%
São Felix	76,80%	18,70%	4,50%	81,00%	15,10%	3,90%
São Sebastião do Passé	69,40%	28,00%	2,60%	89,60%	9,60%	0,80%
Sapeaçu	63,90%	19,60%	16,50%	92,90%	0,20%	6,90%
Saubara	85,50%	10,30%	4,20%	99,70%	0,30%	0,00%
Varzedo	76,40%	18,20%	5,40%	92,60%	6,40%	1,00%

Tabela 8: Fluxo escolar dos anos finais nas redes municipais de Educação no Recôncavo 2013–2023
Fonte: QEdU 2023

Nos anos finais, há mudança muito mais marcante. Em 2013, municípios como Nazaré com 23,5% de abandono, São Felipe com 18,0% e Sapeaçu 16,5% apresentavam níveis críticos de evasão. Em 2023, esses índices despencam drasticamente, Nazaré atinge 0,1% de abandono e 99,9% de aprovação, São Felipe reduz o abandono para 3,9%, Sapeaçu para 6,9%, ainda elevado, mas muito inferior ao observado anteriormente. Além disso, as taxas de reprovação também caem drasticamente em quase todos os municípios.

5.2.4: Desempenho municipal de educação no Recôncavo

As Tabelas 9 e 10 sistematizam os dados do IDEB, como indicador de desempenho das redes educacionais municipais do Território em 2013 e 2023, trazendo as metas e seus resultados.

Município	2013			
	Meta Ideb Anos Iniciais	Meta Ideb Anos Finais	Ideb Anos Iniciais	Ideb Anos Finais
Cabaceiras do Paraguaçu	4,2	3,3	3,3	2,7
Cachoeira	N.D.	2,8	N.D.	4,1
Castro Alves	4,1	3,3	3,7	3,4
Conceição do Almeida	4,1	2,7	3,2	3,8
Cruz das Almas	3,9	3,8	4,1	3,3
Dom Macedo Costa	3,8	N.D.	4,8	N.D.
Governador Mangabeira	4,1	3,3	4,1	2,9
Maragogipe	3,2	3,8	3,4	2,9
Muniz Ferreira	3,7	3,1	4,5	3,2
Muritiba	4,3	3	4,3	2,8
Nazaré	4	3,2	3,7	2,4
Santo Amaro	3,8	3,2	3,5	2,8
Santo Antônio De Jesus	4,4	4,1	4,2	3,4
São Felipe	3,9	3,2	3,6	2,2
São Felix	3,9	3,7	3,5	3,4
São Sebastião do Passé	4,1	3,5	4,1	2,8
Sapeaçu	3,4	3,1	3,2	2,2
Saubara	3,5	N.D.	3,4	N.D.
Varzedo	3,3	3,4	3,4	3,5

Tabela 9: Desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo – 2013

Fonte: QEdu 2013 – 2023

Município		2023			
	Mudança no IDEB	Meta Ideb Anos Iniciais	Meta Ideb Anos Finais	Resultado Ideb Anos Iniciais	Resultado Ideb Anos Finais
Cabaceiras do Paraguaçu	↓	5,4	4,5	4	3,6
Cachoeira	↓	4,9	4	4,1	3,3
Castro Alves	↑	5,3	4,5	5,5	4,5
Conceição do Almeida	↓	N.D.	3,8	N.D.	2,8
Cruz das Almas	↓	5,1	5	4,9	3,8
Dom Macedo Costa	↑	5	N.D.	6,2	3,6
Governador Mangabeira	→	5,3	4,5	5,5	3,4
Maragogipe	→	4,4	5	5,1	3,8
Muniz Ferreira	→	5	4,4	5,2	3,9
Muritiba	↓	5,5	4,1	4,3	3,5
Nazaré	↑	4,2	4,3	4,6	4,3
Santo Amaro	↓	5	4,4	4,8	3,1
Santo Antônio De Jesus	↓	5,5	5,2	4,6	3,8
São Felipe	→	5,1	4,4	5,6	3,5
São Felix	↓	5,1	4,8	4,4	3,6
São Sebastião do Passé	↓	5,3	4,6	5,2	3,7
Sapeaçu	↑	4,6	4,2	5,9	4,4
Saubara	↑	4,8	4,3	5,1	4
Varzedo	→	4,5	4,7	5	4,1

Tabela 10: Desempenho das redes municipais de Educação no Recôncavo –2023

Fonte: QEdU 2013 – 2023

Em 2013, embora alguns municípios tenham alcançado ou superado as metas nos anos iniciais, o cumprimento não foi homogêneo. Municípios como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba e São Sebastião do Passé atingiram o esperado, o restante dos municípios não atingiu a meta. Nos anos finais, a situação era mais crítica: apenas cinco municípios conseguiram atingir a meta estabelecida e os outros ficaram consideravelmente abaixo das metas.

Já em 2023 alguns municípios conseguiram atingir as metas estabelecidas, destacando-se a evolução de Castro Alves, Nazaré, São Felipe e Varzedo que, entre 2013 e 2023,

conseguiram evoluir no índice e atingirem a meta nos anos iniciais. Nos anos finais, a situação ainda continua crítica: somente Castro Alves, Nazaré e Sapeçu conseguiram chegar à meta pretendida, o restante dos municípios ficaram abaixo da meta.

No geral, as metas do IDEB são mais atingidas nos anos iniciais, uma vitória para a alfabetização do Território do Recôncavo. Esses números tendem a mostrar maior aprendizagem dos alunos, melhor formação de professores alfabetizadores e um melhor ambiente escolar estimulante para os estudantes. Por outro lado, o IDEB dos Anos Finais do Ensino Fundamental ainda mostra um obstáculo de que, até o momento, a maioria dos municípios não conseguiu enfrentar. Ainda que os resultados de 2023 apresentem uma evolução em relação aos dados de 2013, existe uma discrepância expressiva frente às metas projetadas para esses municípios.

Podem indicar a persistência de fragilidades estruturais nessa etapa da escolarização como a passagem de um modelo com um único professor para outro marcado por vários professores, adicionada à baixa atratividade curricular para o público adolescente, que montam um cenário que prejudica o desempenho educacional, especialmente nos anos finais de ensino. Como corroboram Scorzafave; Faria; Alves, (2022, p. 579):

Muitos alunos, ao ingressarem nessa fase de ensino, trocam de escola e sofrem a transição de um professor generalista para professores especialistas (SANTOS et al., 2017). Além disso, existe o desafio de consolidar habilidades cognitivas que já deveriam estar desenvolvidas ao final dos anos iniciais (DAVIS et al., 2012). Por fim, verifica-se uma baixa integração entre os currículos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Batista et al., 2015, apud Scorzafave; Faria; Alves, 2022, p. 579).

5.3 Infraestrutura e saneamento básico das escolas municipais no Recôncavo

Nesta seção, tratou-se da infraestrutura e condições de saneamento básico das escolas municipais no território do Recôncavo, que constitui uma dimensão muito importante para compreender o panorama aqui estudado. Afinal, por trás dos indicadores de matrícula, desempenho e fluxo escolar, existe uma realidade material que pode condicionar o próprio funcionamento das redes e a qualidade do ensino. Segundo Borges, Sá e Werle (2022, p. 668), “a infraestrutura é um dos elementos mais importantes na relação com a qualidade da educação”. Nesse sentido, esta seção busca analisar aspectos relacionados às condições físicas das unidades escolares, incluindo acesso à água tratada, esgotamento, energia elétrica, internet, laboratório de informática e biblioteca, elementos importantes para o desenvolvimento da educação.

5.3.1: Saneamento Básico

Na Tabela 11, estão sintetizados os dados sobre água tratada e esgoto público, usados para informar o saneamento básico das escolas (ou a sua ausência).

Município	Mudança	2014			2024		
		Total de Escolas	Água Tratada	Esgoto Público	Total de Escolas	Água Tratada	Esgoto Público
Cabaceiras do Paraguaçu	↕	29	29	1	28	28	2
Cachoeira	↕	49	49	14	35	34	24
Castro Alves	↕	44	44	11	24	24	8
Conceição do Almeida	↕	28	28	0	14	12	1
Cruz das Almas	↕	49	48	3	45	43	17
Dom Macedo Costa	↕	5	5	0	5	5	1
Governador Mangabeira	↕	29	29	0	28	28	2
Maragogipe	↕	66	65	16	54	51	19
Muniz Ferreira	↕	21	21	6	18	18	9
Muritiba	↕	25	22	5	20	19	9
Nazaré	↕	36	36	22	36	36	21
Santo Amaro	↕	74	69	29	62	62	33
Santo Antônio De Jesus	↕	43	43	12	49	48	27
São Felipe	↕	16	16	1	17	17	5
São Felix	↕	22	18	7	12	12	5
São Sebastião do Passé	↕	33	32	13	32	32	14
Sapeaçu	↕	28	28	0	26	25	0
Saubara	↕	13	12	6	16	16	10
Varzedo	↕	16	16	3	7	7	3

Tabela 11: Infraestrutura das escolas municipais no Recôncavo: Saneamento Básico– 2014 - 2024
Fonte: QEdu 2014 – 2024

Observando os dados relacionados à infraestrutura de saneamento das escolas municipais do Recôncavo no período estudado, foram observados alguns avanços, mas também lacunas estruturais. No que se refere ao acesso à água tratada, os dados mostram um cenário relativamente mais consolidado. Em grande parte dos municípios, praticamente todas as escolas registram acesso ao serviço em 2024, apesar de que em 2014 existiam mais

unidades escolares com o acesso a água tratada do que em 2024. Municípios como Cabaceiras do Paraguaçu, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Nazaré e São Felipe atingem universalização ou índices muito próximos disso. Ainda assim, persistem situações de fragilidade em determinados contextos, como Conceição do Almeida, Maragogipe e Muritiba, onde algumas escolas continuam sem acesso à água tratada.

Por outro lado, o acesso ao esgotamento sanitário aparece como o elemento mais crítico da tabela. Mesmo após dez anos, a quantidade de escolas conectadas à rede pública de esgoto permanece baixa em vários municípios. Em alguns casos, o crescimento foi bastante limitado, como em Cabaceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira e Dom Macedo Costa, onde o número de unidades atendidas segue reduzido. Em Sapeaçu, por exemplo, nenhuma escola possuía acesso ao esgoto público tanto em 2014 quanto em 2024, revelando permanência de um déficit estrutural importante. Nesse sentido,

Convém, ainda, lembrarmos a meta 7 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a qual objetiva, dentre outras estratégias, estabelecer, em regime de colaboração, parâmetros mínimos de qualidade que serão referência para a infraestrutura das escolas públicas, assim como assegurar a todas elas importantes itens da infraestrutura⁵, como água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso à internet, acessibilidade plena, bibliotecas, espaços para práticas esportivas, equipamentos e laboratórios de ciências, além de espaço para cultura e arte. (Borges; Sá; Werle, 2022, p. 654 - 655)

De forma geral, os dados da Tabela 11 mostram que a infraestrutura escolar não evolui de maneira homogênea entre os municípios estudados. Enquanto algumas escolas conseguem ampliar esses serviços básicos e melhorar as condições de água tratada e esgotamento, outras seguem marcadas por limitações estruturais. Enfatiza-se que o direito a uma educação justa e de qualidade não só depende do número de vagas ou dos índices isolados, mas também das condições em que o processo acontece, se concretizando também em sua estrutura. Afinal, escolas sem saneamento adequado, abastecimento regular de água ou infraestrutura mínima carregam nelas mesmas obstáculos que atravessam o cotidiano escolar e tem impacto real na vida dos estudantes, professores e toda a dinâmica do ensino público municipal.

5.3.2: Infraestrutura escolar nas redes municipais do Recôncavo

Para se analisar a infraestrutura escolar, foram buscados dados sobre a presença da *internet*, de laboratório de informática e da biblioteca. A Tabela 12 sintetiza esse panorama em 2014 e em 2024.

Município		2014			2024		
	Mudança	Internet	Laboratório de informática	Biblioteca	Internet	Laboratório de informática	Biblioteca
Cabaceiras do Paraguaçu	↑	4	4	2	28	0	1
Cachoeira	↑	4	3	5	30	0	7
Castro Alves	↑	23	22	5	22	0	1
Conceição do Almeida	↑	8	1	1	11	0	2
Cruz das Almas	↑	14	10	11	43	0	1
Dom Macedo Costa	↑	1	4	0	5	2	2
Governador Mangabeira	↑	5	11	1	28	4	1
Maragogipe	↓	7	9	5	51	4	11
Muniz Ferreira	↑	2	2	1	17	0	1
Muritiba	↑	4	11	3	19	3	7
Nazaré	↑	13	29	1	32	3	2
Santo Amaro	↑	13	34	14	58	13	14
Santo Antônio De Jesus	↑	16	9	7	48	2	5
São Felipe	↑	13	5	0	17	5	0
São Felix	↑	5	6	4	9	1	1
São Sebastião do Passé	↑	11	18	13	31	0	10
Sapeaçu	↑	5	3	2	26	0	0
Saubara	↑	5	9	4	16	0	5
Varzedo	↑	9	3	1	7	2	3

Tabela 12: Infraestrutura das escolas municipais no Recôncavo: Infraestrutura – 2014 - 2024
Fonte: QEDu 2014 – 2024

O aspecto mais evidente na Tabela 12 é a forte expansão do acesso à *internet* nas escolas municipais ao longo da década. Em praticamente todos os municípios houve crescimento expressivo do número de unidades conectadas, indicando um processo de ampliação da inserção digital das redes de ensino. Municípios como Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Cruz das Almas, Maragogipe, Santo Antônio de Jesus e Sapeaçu apresentam saltos consideráveis, aproximando o acesso à *internet* da totalidade das escolas municipais em 2024.

Entretanto, quando observamos os dados referentes aos laboratórios de informática, o cenário se torna mais contraditório. Apesar do crescimento da conectividade, muitos

municípios registraram uma redução drástica, ou até desaparecimento desses espaços pedagógicos ao longo do período analisado. Municípios como Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Muniz Ferreira, São Sebastião do Passé e Sapeaçu apresentam, em 2024, nenhum laboratório de informática registrado, mesmo após ampliarem o acesso à *internet* nas escolas. Isso pode indicar mudanças na própria lógica de utilização das tecnologias educacionais, com substituição dos antigos laboratórios por modelos mais descentralizados de acesso digital. Como trazem Nicolete et al. (2021, p. 795):

O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação pode contribuir para melhorar as relações entre os diversos elementos da educação: docente, aluno, conteúdo, recursos e, além disso, pode transformar a prática educacional que tradicionalmente é realizada.

No que se refere às bibliotecas escolares, os dados revelam um quadro de relativa estagnação e, em alguns casos, de regressão. Embora alguns municípios tenham ampliado modestamente a quantidade de escolas com biblioteca, como Maragogipe, Muritiba e Saubara, outros registram redução significativa, a exemplo de Cruz das Almas, Castro Alves e São Félix.

5.4 Educação municipal no Recôncavo: o que mudou em dez anos?

Ao trazer o conjunto de dados analisados ao longo desta pesquisa, se percebe que a educação pública municipal no Recôncavo passou, no período estudado, por um processo simultâneo de transformação, evolução, permanência e contradição. Houve avanços muito importantes em determinados indicadores, sobretudo na ampliação do financiamento educacional, no crescimento do acesso à internet nas escolas, no aumento das matrículas em creches e na melhoria dos índices de fluxo escolar, especialmente das taxas de aprovação. Em muitos municípios, os indicadores de abandono e reprovação diminuíram consideravelmente ao longo da década, mostrando esforços das redes municipais para garantir maior permanência dos estudantes na escola. Além disso, os resultados do IDEB nos anos iniciais apresentaram uma evolução em praticamente todo o território, revelando certa capacidade de melhoria do desempenho escolar nas etapas iniciais da educação básica.

Entretanto, os dados também mostram que parte significativa dos problemas estruturais permaneceu atravessando a realidade educacional do Recôncavo. O aumento dos repasses do FUNDEB, embora expressivo, não resultou de maneira homogênea na consolidação de melhores condições educacionais entre os municípios. Continuam

desigualdades na infraestrutura escolar, especialmente no acesso ao esgotamento sanitário, bibliotecas e laboratórios de informática. Em diversos municípios, a presença desses equipamentos continua limitada ou até retrocede ao longo do período analisado. Isso revela que o crescimento do financiamento público não se converte automaticamente em melhoria estrutural ampla e equilibrada das redes municipais de ensino.

Outro elemento marcante da década foi a reorganização das próprias redes escolares. As tabelas apontaram uma redução do número total de escolas em vários municípios do Território, sobretudo das unidades rurais, indicando processos de nucleação e concentração do atendimento escolar. Ao mesmo tempo, foi observado uma ampliação do número de creches e crescimento das matrículas na educação infantil em parte considerável do território, movimento esse que dialoga tanto com a expansão das políticas voltadas à primeira infância quanto com mudanças demográficas em curso. Em contrapartida, houve diminuição das matrículas no ensino fundamental em diversos municípios, especialmente nos anos iniciais, refletindo a redução da população de crianças e adolescentes observada nos dados demográficos do Território.

No campo do desempenho educacional, a década revelou um padrão recorrente: os municípios conseguem atingir ou se aproximar das metas do IDEB nos anos iniciais, mas enfrentam maiores dificuldades nos anos finais do ensino fundamental. Embora os indicadores apresentem avanços em comparação ao início da série histórica, a distância entre os resultados alcançados e as metas projetadas continua mais perceptível nesta segunda etapa da educação básica. Esse cenário evidencia a permanência de entraves relacionados à transição pedagógica, ao aumento da complexidade curricular nos anos finais e às dificuldades históricas de assegurar permanência e aprendizagem efetiva aos jovens das redes públicas municipais. Como argumenta Angelo (2021, p. 156-157)

verificou-se que há vários fatores que influenciam e impedem a transição/articulação entre os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental, que trazem enormes prejuízos aos estudantes, com implicações no ensino aprendizagem, na evasão e repetência etc. Esses fatores são agravados devido à descontinuidade entre esses anos, cuja transição é caracterizada por uma ruptura e descontinuidade.

Soma-se a isso o desafio da evasão escolar, que ainda atravessa o cotidiano educacional, revelando limites estruturais que vão além do desempenho numérico e alcançam as próprias condições de funcionamento da escola pública, como corrobora Angelo (2021, p. 149): “Nessa mesma ideia, conforme destaca Scandelari (2008) e Correa (2007) a evasão e a

repetência de estudantes se agravam devido à transição, da não adaptação a mudanças tão bruscas, de organização, que é caracterizada por rupturas e descontinuidades”.

Sobre a perspectiva institucional, os dados apontam para fragilidades relevantes na estrutura de governança educacional dos municípios. A ausência de atualização dos Planos Municipais de Educação, somada a não publicização da atuação pública dos Conselhos Municipais de Educação, sugere que importantes mecanismos de planejamento e controle social ainda operam de forma pouco consolidada. De certo modo, essas lacunas revelam um cenário em que parte das estruturas institucionais permanece enfraquecida diante das demandas da gestão educacional contemporânea.

Ao mesmo tempo, embora alguns municípios apresentem avanços em práticas de transparência administrativa, sobretudo na divulgação de informações relacionadas ao FUNDEB, ainda persistem diferenças expressivas na organização e no fortalecimento dos instrumentos públicos de monitoramento das políticas educacionais. Desse modo, a capacidade de acompanhamento e fiscalização da gestão educacional continua ocorrendo de maneira desigual entre os municípios do Recôncavo. Essa desigualdade foi apontada por Messias, Monteiro e Dantas (2026, p. 110), ao afirmarem que a implementação dos mecanismos de transparência "não ocorre de maneira linear e homogênea, sendo condicionada por capacidades estatais heterogêneas e por diferentes níveis de prioridade política atribuídos à transparência". Segundo as autoras, fatores relacionados à capacidade burocrática, à gestão da informação e à organização administrativa local exercem papel decisivo no funcionamento desses instrumentos, contribuindo para que os processos de controle social e monitoramento das políticas públicas se desenvolvam de forma desigual no território.

Assim, ao buscar compreender o que, afinal, se transformou na educação municipal do Recôncavo ao longo de uma década, os dados revelam um cenário de avanços importantes, embora marcados por desigualdades e permanências históricas. Houve ampliação de recursos, crescimento ainda que parcial da infraestrutura tecnológica, melhora nos indicadores de fluxo escolar e progressos relativos nos resultados de desempenho educacionais dos anos iniciais. Contudo, essas mudanças não ocorreram de maneira homogênea, pelo contrário, distribuíram-se de forma desigual entre os municípios e entre diferentes dimensões da política educacional.

Persistem, nesse contexto, desafios estruturais ligados às desigualdades territoriais, às limitações da infraestrutura física das escolas, às dificuldades de aprendizagem nos anos finais e às fragilidades no planejamento e na institucionalização da gestão educacional. Nesse

sentido, os indicadores revelam uma educação municipal que avançou substancialmente, mas que ainda convive com fissuras históricas que atravessam o território recôncavo. Em outras palavras, o período analisado traça um cenário de expansão e melhoria parcial, sem, contudo, romper integralmente com padrões de desigualdade, fragmentação administrativa e limitações estruturais que continuam condicionando a realidade educacional dos municípios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o panorama da educação pública municipal do Território do Recôncavo da Bahia, em um recorte de 10 anos, a partir de indicadores educacionais, planos e bases legais sobre o planejamento municipal da educação. A investigação iniciou a partir do seguinte problema de pesquisa: Qual o panorama da educação pública municipal no Recôncavo da Bahia entre 2014 e 2024? A partir da análise realizada nesse estudo, foi possível afirmar que a educação municipal no Recôncavo passou por muitas mudanças relevantes no período estudado, embora tais transformações tenham ocorrido de maneira desigual entre os municípios.

Os resultados encontrados mostram avanços importantes em algumas dimensões da política educacional. Observou-se um crescimento expressivo dos repasses do FUNDEB, ampliação do acesso à *internet* nas escolas municipais, expansão das matrículas em creches e melhora nos indicadores de fluxo escolar, sobretudo nas taxas de aprovação. Também foi identificada uma evolução dos resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental em boa parte dos municípios analisados. Esses elementos indicam que houve fortalecimento parcial da capacidade de atendimento das redes municipais ao longo da década.

Entretanto, os dados também trouxeram à tona permanências históricas que ainda seguem vigentes. Embora o financiamento da educação básica tenha apresentado um crescimento ao longo do período estudado, ainda persistem desigualdades relacionadas à infraestrutura escolar, mais especificamente no acesso a serviços de esgotamento sanitário, bibliotecas e laboratórios de informática. Outra questão observada foi de que os municípios demonstraram maiores dificuldades para alcançar as metas do IDEB nos anos finais do ensino fundamental, questão que acaba revelando tensões relacionadas à aprendizagem, à permanência desses estudantes na escola e à própria organização pedagógica dessa etapa. Em uma perspectiva institucional, a ausência da atualização dos Planos Municipais de Educação e a visibilidade limitada dos Conselhos Municipais de Educação também mostram fragilidades ainda presentes na estrutura de gestão educacional dos municípios.

Desse modo, considera-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, na medida em que o estudo possibilitou construir um panorama comparativo da educação municipal no território do Recôncavo da Bahia, evidenciando tendências, avanços,

desigualdades e permanências observadas ao longo da década analisada. De certo modo, os indicadores revelaram um cenário em que avanços convivem, lado a lado, com desafios históricos que ainda atravessam a realidade educacional municipal.

Entre as principais contribuições do trabalho, se destaca a sistematização desses indicadores sociodemográficos, educacionais, socioeconômicos e institucionais dos municípios do Recôncavo, permitindo uma leitura territorial comparativa ainda pouco explorada nas discussões sobre educação municipal na região. Ao reunir esses dados de diferentes bases oficiais e articulá-los em uma mesma análise, a pesquisa amplia o debate sobre políticas públicas educacionais, desigualdades territoriais e gestão municipal da educação no âmbito do Campo de Públicas, oferecendo um panorama das dinâmicas educacionais presentes no território. Por outro lado, reconhece-se que a tomada de decisão por gestores públicos nem sempre ocorre com base em evidências, o que implica em outras ações, para além deste trabalho, no sentido de torná-lo utilizável. Também é necessário reconhecer que o levantamento do panorama foi feito exclusivamente com base em dados secundários, o que limita, em vários aspectos, as possibilidades de análise mais específicas em relação aos municípios do Recôncavo.

Portanto, considera-se relevante que pesquisas futuras aprofundem questões identificadas ao longo deste estudo, especialmente aquelas relacionadas às desigualdades educacionais entre os municípios, às dificuldades persistentes nos anos finais do ensino fundamental, à atuação dos Conselhos Municipais de Educação e aos processos de implementação e publicidade aos novos Planos Municipais de Educação. Afinal, muitos desses elementos aparecem nos indicadores quase como sinais recorrentes de desafios que continuam atravessando a realidade educacional do território.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Jamisson da Silva. O processo de transição dos anos iniciais para os anos finais no ensino fundamental. **Revista Ícone: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 21, n. 1, p. 148-160, set. 2021.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. **Salvador: EDUFBA**, 2011. p. 205-218. Disponível em: JSTOR. Acesso em: 21 abr. 2026.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Territórios de Identidade: Recôncavo [infográfico]. Salvador: **SEI**, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei/territorios-de-identidade-0>. Acesso em: 4 abr. 2026.

BORGES, Jesus Rosemar; SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Infraestrutura escolar e desempenho no IDEB: percepções de gestores de escolas municipais do Vale do Rio dos Sinos**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 651–670, jul./set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v24i3.8663778>.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 136/2025. Brasília: Senado Federal, 2025. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/757711>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para tornar permanente o Fundeb. Diário Oficial da União, Brasília, 27 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília, DF**, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União: Brasília, DF**, 26 jul. 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14934.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2026/lei-15388-14-abril-2026-798950-publicacaooriginal-178891-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 nov. 2025

CHAUÍ, Marilena. Democracia e a educação como direito. *A Terra é Redonda*, São Paulo, 14 ago. 2021. Introdução do livro **A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio**, de Idalice Ribeiro Silva Lima e Régia Cristina Oliveira. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/democracia-e-a-educacao-como-direito/>. Acesso em: 29 out. 2025.

COELHO, Mariana Amado Alvarez. O território de identidade do Recôncavo Baiano: análise de uma literatura produzida. **Revista Scientia**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 10-25, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/scientia>. Acesso em: 21 abr. 2026.

COUTO, Maria Emília; TAVARES, Elisabeth dos Santos; COSTA, Michel da. Financiamento da educação básica no Brasil: desconstrução e reconstrução político-histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 1, p. 172–187, jan./abr. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

DEMARCHI, Clovis; MAIESKI, Elaine Cristina. Indicadores Educacionais E Políticas Públicas: Resultados de pesquisas sobre Educação Básica em Municípios com até 10 Mil Habitantes no Estado De Santa Catarina. **Aracê**, v.7, n.1, p.4233–4256, 2025. DOI: [10.56238/arev7n1250](https://doi.org/10.56238/arev7n1250). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3066>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): fundamentos e usos**. Brasília: INEP, 2018.

GARCIA, Ana Luiza Casasanta; HALMENSCHLAGER, Karine Raquel; BRICK, Elizandro Mauricio. **Desafios enfrentados pelos conselhos municipais no Brasil: uma revisão de literatura nas bases de dados da Capes**. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, v. 15, e81095, out. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/jpe/v15/1981-1969-jpe-15-e81095.pdf>. Acesso em: 7 maio 2026.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 14. 2004, Caxambu. Anais Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: <https://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137–160, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 29 out. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Uso e mau uso dos indicadores sociais. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 2, n. 1, p. 12–29, 2002.

LOPES, Robson Vila Nova; MELO, Adriana Almeida Sales de. Educação municipal: a institucionalização dos sistemas, seus delineamentos e suas implicações nas políticas educacionais. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 18, 2020.

MARTEL, Leticia de Campos Velho. Indisponibilidade de direitos fundamentais: conceito lacônico, consequências duvidosas. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de**

Janeiro, n. 51, p. 141–174, 2014. Disponível em:
https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2554325/Leticia_de_Campos_Velho_Martel.pdf.
Acesso em: 27 out. 2025.

MARTINS, Francisco Pedro; OLIVEIRA, Radamese Lima de. **FUNDEB: desafios, impactos e perspectivas no financiamento da educação básica no Brasil**. OFBEIN Brazil, Imperium, 2025. Disponível em: <https://imperium.org.br/wp-content/uploads/2025/04/artigo-FUNDEB-corrigido.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

MEDEIROS, Bianca Cardoso de; BORGES, Liliane Silva; SANTOS, Luana da Silva; PORCIUNCULA, Débora Carol Luz da; GONÇALVES, Manuel Vitor Portugal; SILVA, Albany Mendonça. Implantação, paralisação e novas perspectivas: um estudo de caso sobre a dimensão territorial dos impactos sócio-espaciais decorrentes da implementação do estaleiro naval da Enseada do Paraguaçu, no município de Maragogipe/BA. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 10, p. 1-32, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n10-116. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/7218/4513>. Acesso em: 11 jun. 2026.

MENESES, João Gualberto de Carvalho; SILVA, Jair Militão da; MACHADO, Edileine Vieira. **Política educacional e gestão escolar: do planejamento, financiamento e avaliação da educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MESSIAS, Evellin Souza; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; DANTAS, Lys Maria Vinhaes. “É devagar, é devagar, é devagar, devagarinho”: transparência e implementação da Lei de Acesso à Informação nos municípios do Recôncavo da Bahia. **Revista da CGU**, Brasília, v. 18, n. 33, p. 96-111, jan./jun. 2026. DOI: 10.36428/revistadacgu.v18i33.933.

MIYAZAKI, Vitor K.; SILVA, Maryana R. da. **Desigualdades socioespaciais em cidades médias: evidências a partir dos dados dos censos demográficos**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, Ituiutaba, v. 14, n. 2, p. 169–187, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/BGJ-v14n2-a2023-76590>.

NICOLETE, Priscila C.; CRISTIANO, Marta A. da S.; SANTOS, Aline C. dos; TAROUÇO, Liane M. R. Informática na educação básica pública brasileira: análise sobre sua importância, tendências e desafios. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 23, n. 3, p. 794-815, jul./set. 2021. DOI: 10.20396/etd.v23i3.8657915. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i3.8657915>. Acesso em: 18 jun. 2026.

OLIVEIRA, Adolfo Samuel de; BAUER, Adriana. **Sistema de indicadores municipais da educação básica: uma proposta de diagnóstico, monitoramento e avaliação da situação educacional das redes de ensino**. In: Colóquio de Política e Gestão da Educação, 4., 2023. Anais do IV Colóquio de Política e Gestão da Educação. n. 4. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2023. p. 203–214. ISSN 2674-8630.

PACHECO, Mônica Chagas; SOARES, Thaiany Costa. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a construção da autonomia intelectual na educação. **Revista Essentia – Perspectivas em Educação, Pesquisa e Ensino**, Mossoró, v. 4, n. 2, p. 23–35, jul./dez. 2020.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, v. 1, n. 1, p. 9–21, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. Diretrizes para o uso de inteligência artificial na educação básica. **Brasília, DF: Ministério da Educação**, 2024. Disponível em: <https://prpg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2025/01/livro-diretrizes-ia-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Betânia Pereira dos et al. **A educação pública segundo a Constituição Federal de 1988**. 1. ed. São Paulo: REASE, 2022.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; FARIA, Ernesto Martins; ALVES, Bruna. O que diferencia escolas com bom desempenho nos anos finais do ensino fundamental? **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, e08142, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v0ix.6931>. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v0ix.6931>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SILVA, Adna Marina Rubem da; SILVA, Adriana Maria Rubem da. Estrutura e organização da educação brasileira. **Jornal Tribuna**, São Paulo, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://jornaltribuna.com.br/2021/11/estrutura-e-organizacao-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Thiago Oliveira da; GALINDO, Dolores Cristina Gomes. **Envelhecimento populacional: os impactos nas políticas públicas e na aposentadoria no Brasil**. Diversitas Journal, Santana do Ipanema/AL, v. 8, n. 4, p. 2682–2690, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374962256_Envelhecimento_Populacional_Os_impactos_nas_politicas_publicas/link/6969b481ee048155cffe5fb2/download?tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 10 abr. 2026.

SOARES, E. A.; VIDAL, E. M. **Reordenamento de escolas e municipalização do ensino**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 22, n. 75, p. 1995-2022, out./dez. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v22n75/1518-3483-rde-22-75-1995.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **UFRB atinge 16 mil egressos em 20 anos e se consolida como referência em educação pública**. Cruz das Almas, BA, 2026. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portall/noticias/7797-ufrb-atinge-16-mil-egressos-em-20-anos-e-se-consolida-como-referencia-em-educacao-publica>. Acesso em: 21 abr. 2026.

VIANA, Antonio Rodrigo Marques; FIM, Luciana Carvalho dos Reis; DE SOUSA, Francilino Paulo; DA SILVA, Cacilda Inácio; DE MELO, Livia Maria Dodds. Educação no Brasil: análise do financiamento, dilemas e perspectivas futuras. **Aracê**, v. 7, n. 6, p. 31749-31764, 2025. DOI: 10.56238/arev7n6-150.